



20
19

RELATÓRIO E CONTAS

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

2019

RELATÓRIO E CONTAS

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG)

Fundoa de Baixo | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555

Fax: 291 705 556

E-mail: geral@horariosdofunchal.pt

Internet: www.horariosdofunchal.pt

Capital Social: EUR 5.000.000,00 Euros

NIPC e Matrícula: 511 007 116

Conservatória do Registo Comercial do Funchal



COMPANHIA DOS CARROS
DE SÃO GONÇALO, S.A.



ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
AGRADECIMENTOS	6
NOTA DE ABERTURA	8
APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO	11
INDICADORES RELEVANTES	19
1. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	23
1.1. ENQUADRAMENTO GERAL.....	23
1.2. ATIVIDADE.....	23
2. EXPLORAÇÃO.....	26
2.1. REDE	26
2.2. OFERTA.....	26
2.2.1. Serviço Interurbano	26
2.2.2. Serviço de Alugueres.....	27
2.3. PROCURA.....	28
2.3.1. Serviço Interurbano	28
2.3.2. Serviço de Alugueres.....	28
2.4. Paragens.....	29
2.5. Fiscalização.....	29
3. RECURSO HUMANOS	32
3.1. Efetivo	32

3.2.	Indicadores de Movimentação	32
3.3.	Nível Etário.....	33
3.4.	Nível de Antiguidade.....	33
3.5.	Nível de Habilitações.....	33
3.6.	Absentismo	33
3.7.	Trabalho Suplementar	34
3.8.	Gastos com o Pessoal.....	35
3.9.	Formação	35
3.10.	Disciplina	35
3.11.	Saúde.....	36
3.12.	Acidentes de Trabalho	36
3.13.	Álcool Testes	37
3.14.	Sinistralidade.....	37
4.	LOGÍSTICA	40
5.	MANUTENÇÃO	42
5.1.	Indicadores Principais	42
5.2.	Frota do Serviço Interurbano.....	42
5.3.	Frota do Serviço de Alugueres	43
6.	COMERCIAL	46
6.1.	Vendas do Serviço Interurbano.....	46
6.2.	Informações e Eventos.....	47
7.	TECNOLOGIA	50
7.1.	Alojamento e Administração de Sistemas	50
7.2.	Suporte Técnico	50
7.3.	SAEIP	50
7.4.	Bilhética.....	51
7.5.	Segurança das TIC	51
7.6.	Atividades não planeadas	51
8.	ANÁLISE FINANCEIRA	53
8.1.	Resultado Líquido.....	53
8.2.	Rendimentos e Ganhos	53
8.3.	Gastos e Perdas.....	54
8.4.	Indicadores Financeiros	55
	RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	59
	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	59
9.	CONTAS DO PERÍODO	61

9.1.	BALANÇO.....	61
9.2.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	62
9.3.	FLUXOS DE CAIXA.....	63
9.4.	DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL	64
	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	66
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	

GLOSSÁRIO

SIGLAS

p.p: Pontos Percentuais

PT: Passageiros transportados

PKT: Passageiro/quilómetro/transportado

LKO: Lugares/quilómetro, oferecidos

TO: Taxa de ocupação

VKm: Total de quilómetros percorridos

PM: Percurso médio (km)

BTM: Base tarifária média

CAM: Certidão de Aptidão de Motoristas

RARE: Regulamento de Aquisições de bens e serviços e de realização de empreitadas

SAEIP: Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Público

FÓRMULAS

Volume de Negócios: Vendas + Serviços Prestados

Rendimentos Operacionais: Vendas e Serviços Prestados + Subsídios à Exploração + Variação Positiva nos Inventários da Produção + Trabalhos para a Própria Entidade + Outros Rendimentos e Ganhos

Gastos Operacionais: Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal + Outros Gastos e Perdas

Taxa de Cobertura: Rendimentos Operacionais/Gastos Operacionais



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.



ENG^a. SUSANA CORREIA

VOGAL

ALEJANDRO GONÇALVES

PRESIDENTE

ENG.^o DUARTE SOUSA

VOGAL

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2019, continuamos a verificar uma perda de passageiros e, conseqüentemente, receitas. Estas perdas, estão intimamente ligadas ao envelhecimento populacional, à baixa taxa de natalidade, o fenómeno da emigração, que vêm contribuindo, ano após ano para a desertificação das zonas rurais. Adicionalmente, assistimos a um aumento das vendas de automóveis novos e usados, nestas mesmas áreas, o que mostra que as pessoas destas zonas continuam a preferir o transporte público.

De forma a tentar inverter esta situação, e tendo em vista a melhoria da mobilidade dos habitantes destas zonas, o Governo Regional da Madeira criou o Programa de Apoio à Redução Tarifária na Região Autónoma da Madeira (PARTRAM) nos transportes públicos, que se consubstancia na imposição de um limite de 30 euros para os passes sociais urbanos, de 40 euros para os passes sociais interurbanos e gratuidade para as crianças até aos 12 anos.

O Governo Regional, ao reconhecer o papel da mobilidade na população reformada, promove também a gratuidade do Passe Social Pensionista, aplicável aos reformados ou pensionistas, de

qualquer regime de Segurança Social, cujo rendimento comprovado mensal seja igual ou inferior a €240 por mês.

Já com o aditamento ao Contrato assinado com a Região Autónoma da Madeira, foi possível delinear uma nova estratégia alinhada com as orientações que também serão implementadas na empresa mãe à Horários do Funchal, sua acionista e, que assenta em seis pontos fulcrais:

1. Aumento da satisfação do cliente;
2. Redução das emissões de carbono;
3. Melhoria da mobilidade das pessoas;
4. Aumento da qualidade dos autocarros;
5. Diminuição dos custos de manutenção;
6. Novas aplicações e software – modernização da empresa.

O lema é o serviço focado no cliente (residentes e visitantes), modernização e qualificação da empresa e potenciar a eficiência e sustentabilidade de forma a reduzir a pegada ecológica.

Na vertente económica e financeira, o ano de 2019 foi um ano ainda marcado pela quebra acentuada nos serviços de alugueres, quer a residentes quer a turistas, devido, essencialmente, à idade da frota.

A junção dos dois fatores, acima referidos, refletiu-se diretamente no Resultado da empresa, apresentando em 2019, um Resultado Líquido negativo, na ordem dos 486 mil euros.

É importante salientar que com a alteração tarifária, houve muitos clientes que deixaram de comprar bilhetes e passaram a comprar o passe social, o que veio a se repercutir nas receitas e cash flows respetivo.

O caminho para o sucesso ainda é longo, ainda para mais quando estamos, o início de 2020 a viver uma crise pandémica, COVID-19, que obrigou já a reduzir a nossa operação para um terço até 31 de março, segundo as perspetivas iniciais. Neste momento há algumas incertezas em termos de relançamento da operação pois estamos a cumprir as medidas emanadas pelo Governo Regional, mas as bases já foram lançadas e delineadas. Nesse aspeto, a Empresa não pode deixar de dar nota do apoio incondicional:

- A todos os seus Colaboradores;
- Ao seu Acionista, a Horários do Funchal, que definindo orientações estratégicas claras e de inquestionável valor para a empresa, e apoiando as atividades descritas no presente relatório, potencia uma frutuosa colaboração entre as partes, ao longo do presente exercício.

Por último, e, como não podia deixar de ser, queremos agradecer o empenho e a dedicação dos seus colaboradores que, trabalhando em equipa, representaram e representam um fator determinante para os resultados alcançados e futuros.

AGRADECIMENTOS

A execução do plano de atividades no exercício de 2019 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Os nossos clientes sem exceção;
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- À Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A, nossa acionista, à RAM, à Secretaria Regional da Economia, à Direção Regional de Transportes Terrestres e à Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, representada pelo Sr. ^o Dr. ^o Pedro Calado, que nos ajudou no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos;
- Os quadros da Companhia de Carros de São Gonçalo S.A, pelo esforço, empenho e dedicação no cumprimento dos objetivos propostos;

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado**.



NOTA DE ABERTURA

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

NOTA DE ABERTURA

O ano de 2019 foi caracterizado por duas grandes alterações:

1) Foi introduzida por via do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2019, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 26/2018/M, de 31 de dezembro, que estabeleceu, no seu artigo 62º, a criação do Programa de Apoio à Redução Tarifária da Região Autónoma da Madeira (PARTRAM) nos transportes públicos, que se consubstancia na imposição de um limite de 30 euros para os passes sociais urbanos, de 40 euros para os passes sociais interurbanos e gratuidade para crianças até aos 12 anos. O Governo Regional, ao reconhecer o papel da mobilidade na população reformada, promove a gratuidade do Passe Social Pensionista, aplicável aos reformados ou pensionistas, de qualquer regime da Segurança Social, cujo comprovado rendimento mensal seja igual ou inferior a €240 por mês.

O nº 2 da Cláusula 15ª, do “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município do Funchal” estabelece que a 2ª Outorgante deve cumprir as eventuais obrigações de serviço público adicionais que venham a ser determinados pelo 1º Outorgante no âmbito da execução do contrato, designadamente a prática de tarifários inferiores aos previstos no seu Anexo IV – Títulos e Tarifas.

O nº 4 da Cláusula 18ª do referido contrato estabelece ainda que a determinação de obrigações de serviço público dá direito a compensações adicionais às decorrentes dos números 1 a 3 da Cláusula 18ª, nos termos do artigo 24º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

Nos termos dos artigos 23º e 24º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, as Autoridades de Transporte podem impor obrigações de serviço Público ao operador de serviço público, cujo cumprimento pode conferir o direito a uma compensação a efetuar nos termos do anexo ao Regulamento (CE) nº 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007 e do Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei nº 64/2013, de 27 de agosto. Deste modo, e de forma a operacionalizar a implementação do PARTRAM, a 1 de abril de 2019, foi necessário celebrar uma adenda ao contrato de concessão de Serviço público de Transporte Rodoviário de Passageiros.

2) A segunda, foi a publicação no JORAM, II Série, nº 220, 2º Suplemento, o Despacho nº 520/2019, de 23 de dezembro, que autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do Serviço Público de transporte de passageiros, por modo rodoviário por um período adicional de dezanove meses até 31 de julho de 2021, mantendo tais

títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigoram a 31 de dezembro de 2019. Isto porque é do interesse público que se salvguarde a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, cujo concurso internacional está previsto ser lançado em 2020, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão, estimado, na presente data, até julho de 2021.



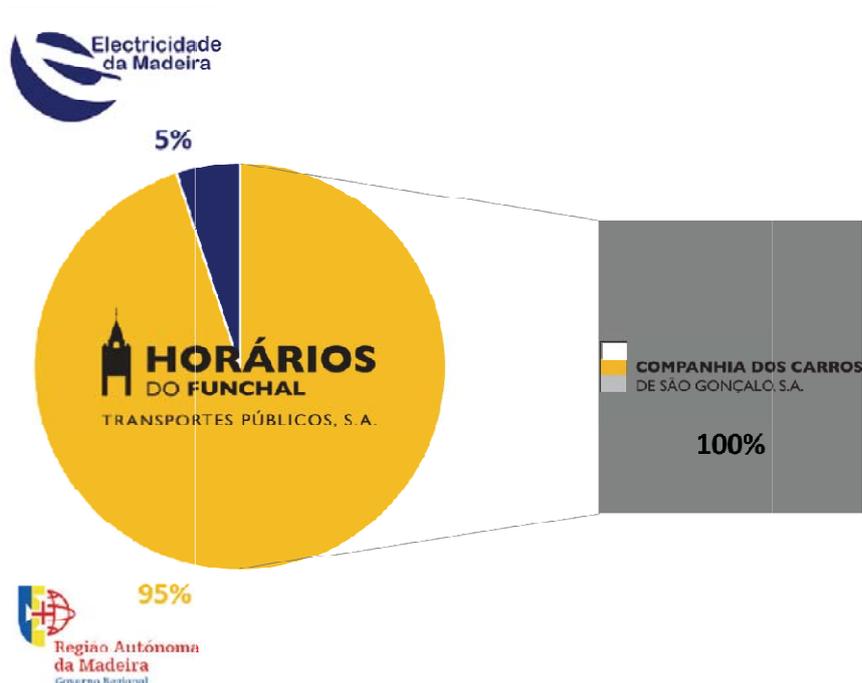
APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

A COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A., seguidamente referida por CCSG, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, de capitais públicos, tem como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana, e, no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 euros, e, é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal-Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 euros.



ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS	
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
Presidente	António José Jardim Faria
Secretário	António Manuel Pita Rentróia
Secretário	Gabriel de Lima Farinha
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
Vogal	Susana Maria Florença Pinto Correia
Vogal	Duarte Leovigildo de Faria Sousa
FISCAL ÚNICO	
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	
representado por Dr. ^o António José Correia de Pina Fonseca ROC nº 949	

VISÃO, MISSÃO E VALORES

VISÃO

“Ser a melhor empresa de transportes públicos interurbanos de passageiros do País na Mobilidade, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.”

MISSÃO

“Prestar o melhor serviço de mobilidade às pessoas, com qualidade e pontualidade, na sua área de atuação”.

CULTURA

Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde a cada colaborador lhe seja dado a oportunidade de explorar a sua criatividade e experiência pessoal, com o objetivo de criar valor às atividades do dia-a-dia, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos de inovação da CCSG.

INOVAÇÃO

Agir com iniciativa e inovação para acrescentar valor aos serviços de transporte público coletivo de passageiros de âmbito local, e regional, afirmando-se como alternativa ao transporte individual.

Incentivar a procura, e, partilhar o conhecimento com o objetivo de desenvolver soluções que envolvam a experiência e resultados na área da mobilidade, tanto tecnologicamente como a nível organizacional.

Participação ativa de todos com quem trabalhamos, nos projetos de investigação e desenvolvimento, nas áreas das tecnologias de informação, em iniciativas nacionais e internacionais e que para isso, contamos com o conhecimento e experiência de mais de 30 anos dos nossos colaboradores altamente qualificados, de modo a permitir oferecer e adotar soluções à altura dos desafios impostos pelos nossos clientes.

CULTURA

É preocupação da CCSG, incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar. Defendendo a igualdade no trabalho e no emprego e garantindo o

bem-estar dos seus colaboradores tanto em direitos humanos como em igualdade de oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

É preocupação da CCSG, incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar. Defendendo a igualdade no trabalho e no emprego e garantindo o bem-estar dos seus colaboradores tanto em direitos humanos como em igualdade de oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Mudar e melhorar os serviços com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade da CCSG.

PRINCÍPIOS E VALORES

A CCSG tem como princípios da sua missão, o desenvolvimento sustentável, os valores e compromissos do Pacto Mundial das Nações Unidas, nomeadamente:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Conduta ética;
- Cumprimento da lei e da outra regulamentação aplicável à atividade;
- Respeito pelas convenções e declarações reconhecidas internacionalmente;
- Respeito pelas partes interessadas;
- Responsabilização;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Integração dos aspetos da responsabilidade social no sistema de gestão integrado;
- Atuação com transparência em todas as relações internas e externas.

A CCSG, na sua atividade, tem como valores:

- Excelência;
- Qualidade;
- Inovação;
- Rigor;
- Sustentabilidade.

Os valores pelos quais a Empresa se pauta, encontram-se consagrados no Código de Ética da empresa mãe, Horários do Funchal, S.A, constituindo uma referência fundamental para o desempenho da Empresa e dos seus colaboradores, bem como para o seu relacionamento social, institucional e ambiental.

DEVERES DOS PASSAGEIROS (*)

A colaboração dos clientes e o cumprimento dos seus deveres são essenciais para que a qualidade do serviço, a que a Empresa se propõe, seja alcançada. Por esse motivo, devem os clientes, nomeadamente:

- a) Viajar munidos de título de transporte válido, devendo validá-lo no início de cada viagem;
- b) Apresentar o título de transporte quando exigido pelo pessoal ao serviço da Empresa, nomeadamente pelos agentes de fiscalização;
- c) Identificar-se sempre que exigido pelo pessoal ao serviço da Empresa;
- d) Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- e) Contribuir para a preservação das viaturas, utilizando os equipamentos de forma adequada, respeitando as indicações e regras de utilização;
- f) Ter uma atitude cívica e de respeito com o motorista e os outros passageiros;
- g) Não fumar no interior dos veículos nem ingerir alimentos;
- h) Não utilizar aparelhos sonoros ou fazer barulho de forma a incomodar os outros passageiros;
- i) Não entrar quando a lotação do veículo estiver completa;
- j) Não entrar ou sair dos veículos fora das paragens;
- k) Respeitar os clientes prioritários e de mobilidade condicionada, auxiliando-os e cedendo o seu lugar, principalmente nos lugares de acesso reservado devidamente assinalados na viatura;
- l) Alertar o motorista ou outro pessoal que se encontre ao serviço da Empresa sobre os problemas detetados no interior da viatura;
- m) Contribuir para a pontualidade do serviço no momento de entrada e saída das viaturas, sem comprometer a segurança e o conforto;
- n) Respeitar o sinal de fecho de portas e respetivos avisos de segurança, sem nunca entrar ou sair do autocarro sem que esteja totalmente parado;
- o) Proceder a qualquer espécie de publicidade e distribuir ou afixar cartazes, panfletos ou outras publicações, sem autorização da CCSG;

DIREITOS DOS PASSAGEIROS (*)

Os passageiros têm os direitos constantes da legislação que estiver em vigor, cujos aspetos mais relevantes se encontram refletidos nos compromissos assumidos pela CCSG, através do cumprimento das condições de transporte em vigor, nomeadamente:

- a) Direito a indemnização nos termos legais, designadamente:
 - por danos patrimoniais e não patrimoniais;
 - por extravio ou danos das bagagens imputáveis à Empresa;
 - caso não exerça o direito de reembolso, quando se verifique atraso à chegada indicada no título de transporte, superior a 90 minutos, que seja imputável à Empresa, o passageiro tem direito a uma indemnização, correspondente a 50 % do preço do bilhete efetivamente pago. Exceto se o passageiro foi informado do atraso antes de adquirir o título de transporte ou tenha iniciado a viagem com conhecimento desse atraso, se o valor a pagar nos termos do número anterior, seja igual ou inferior a 4 euros ou o passageiro seja titular de uma assinatura, passe ou de um título de transporte sazonal.
- b) Assistência obrigatória e cedência de lugar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive as mulheres grávidas, idosos e pessoas com crianças.
- c) Informações claras e corretas sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço, nos devidos suportes de comunicação com o cliente;
- d) Apresentar reclamações, nos termos da legislação em vigor;

(*) Teve por base o Regulamento UE N.º 181/2011, respeitante aos direitos dos passageiros no transporte de autocarro e o Decreto-Lei n.º 9/2015, de 15 de janeiro, na sua versão atualizada, que regula as obrigações da Empresa e dos passageiros, assim como, os direitos destes últimos e cria um regime sancionatório contraordenacional pelo incumprimento das obrigações.



INDICADORES RELEVANTES

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

INDICADORES RELEVANTES

2019		Variação 2019/2018	
Passageiros Transportados			
1.472.721		- 3,17%	
			
Interurbanos 1.098.620	Aluguer 374.101	Interurbanos - 1,47%	Aluguer - 7,82%
Total de Km de Serviço			
1.720.109		- 1,35%	
			
Interurbanos 1.503.317	Aluguer 216.792	- 0,01%	- 9,76%
Volume de Negócios (€)			
	2.523.176		- 16,50%
Colaboradores			
69		+ 1	
			
Exploração 67	Administrativos 2	Motoristas + 1	Administrativos 0
EBITDA (€)			
	-320.475		- 780,87%

2019	Variação 2019/2018		
	Absoluta	%	
INDICADORES OPERACIONAIS			
Nº de Viaturas	88	0	0,00%
Passageiros Transportados	1.472.721	-48.168	-3,17%
VKm	1.720.109	-23.548	-1,35%
Total de Viagens + Serviços	59.580	-563	-0,94%
INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS			
Exploração	67	1	1,52%
Administrativos	2	0	0,00%
Nº de Efetivos	69	1	1,47%
Exploração / Viatura	0,76	0,01	1,52%
Efetivos / Viatura	0,78	0,01	1,47%
ESTRUTURA ACIONISTA			
Total do Capital Social (€)	5.000.000	0	0,00%
Capital Social detido pela HF (%)	100%	0 p.p	0,00%
SITUAÇÃO PATRIMONIAL			
Ativo não corrente (€)	2.000.463	11.634	0,6%
Ativo Corrente (€)	1.311.079	-737.793	-36,01%
Total do Ativo (€)	3.311.541	-726.159	-17,98%
Capital Próprio (€)	2.296.626	-426.072	-15,65%
Passivo não corrente (€)	0	0	0,00%
Passivo Corrente (€)	1.014.915	-300.087	-22,82%
Total Capital Próprio e Passivo (€)	3.311.541	-726.159	-17,98%
INDICADORES FINANCEIROS			
Volume de Negócios (€)	2.523.176	-498.510	-16,50%
EBITDA (€)	-320.475	-367.544	-780,87%
EBIT (€)	-486.789	-347.438	249,32%
Resultado Líquido (€)	-486.821	-347.459	249,32%
Rendimentos Operacionais (€) [1]	3.724.292	-61.336	-1,62%
Gastos Operacionais (€) [2]	4.181.075	207.532	5,22%
Taxa de Cobertura (%) [1]/[2]	89,07%	- 6,20 p.p	- 6,50%
RÁCIOS			
Solvabilidade	2,26	0,19	9,29%
Autonomia Financeira	0,69	0,02	2,85%
Capacidade de Endividamento	1,00	0,00	0,00%
Liquidez Geral	1,29	-0,27	-17,09%

[1] inclui Volume de Negócios e Subsídios à Exploração;

[2] inclui CMVMC, Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal e Amortizações;

p.p - pontos percentuais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR KM PERCORRIDO	Interurbano			Alugueres		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Custos e Perdas						
Custos Exploração / Km	2,17	2,02	2,14	4,22	3,82	2,77
Outros Custos / Km	0,02	0,01	0,03	0,13	0,02	0,01
Total de Custos / Km	2,19	2,03	2,17	4,35	3,84	2,78
Proveitos e Ganhos						
Proveitos de Exploração / Km	2,10	2,07	2,14	2,60	2,78	2,52
Outros Proveitos / Km	0,01	0,02	0,01	0,01	0,08	0,03
Total de Proveitos / Km	2,11	2,09	2,15	2,61	2,86	2,55
Resultado Líquido / km	-0,08	-0,06	-0,02	-1,74	-0,98	-0,20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO	Interurbano			Alugueres		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Custos e Perdas						
Custos Exploração / Passageiro	2,97	2,73	2,75	2,45	2,26	2,23
Outros Custos / Passageiro	0,02	0,01	0,03	0,07	0,01	0,01
Total de Custos / Passageiro	2,99	2,74	2,78	2,52	2,27	2,24
Proveitos e Ganhos						
Proveitos de Exploração / Passageiro	2,88	2,80	2,75	1,51	1,65	2,05
Outros Proveitos / Passageiro	0,01	0,03	0,01	0,00	0,04	0,02
Total de Proveitos / Passageiro	2,89	2,83	2,76	1,51	1,69	2,08
Resultado Líquido / Passageiro	-0,11	0,09	-0,02	-1,01	-0,58	-0,16

A black and white photograph of the front of a Volvo bus, showing the headlights, grille with the 'VOLVO' logo, and the windshield. The bus is parked in a garage with a visible ceiling structure. The image is overlaid with a yellow triangle in the top left, a grey triangle in the top right containing the number '1', and a blue diagonal line across the middle.

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG), submeter à acionista a apreciação e aprovação do Relatório e Contas respeitante à atividade desenvolvida no exercício findo, em 31 de dezembro de 2019.

1.1. ENQUADRAMENTO GERAL

A CCSG está implantada no mercado dos transportes públicos de passageiros, na Região Autónoma da Madeira, como uma empresa orientada para servir o cliente com qualidade e segurança. Na área da sua atuação e ciente da responsabilidade do serviço social que presta, prima pelas infraestruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos e informação de apoio fornecida ao cliente.

A CCSG continua a assumir a sua responsabilidade, pública e social, atuando na área da mobilidade, através das carreiras interurbanas de transporte de passageiros que lhe estão concessionadas, contribuindo para o desenvolvimento das populações residentes, nas zonas da sua atuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade de serviço, cumprindo, desta forma, com o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, que foi adaptado à Região Autónoma da Madeira, através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M e com o Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Por outro lado, está também inserida no mercado de aluguer de viaturas com condutor, serviço de transportes de pessoas, essencialmente agências de viagem. Atendendo que a economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do turismo, pois este representa, cerca de 26% do PIB regional, a atividade da CCSG, neste segmento, é, contribuir para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira, proporcionando um serviço de excelência.

1.2. ATIVIDADE

A CCSG, de modo a ajustar a sua atividade à nova realidade económica, financeira e social da Região Autónoma da Madeira, teve que elaborar um plano estratégico de gestão, que permitisse a redução de custos, e, em consequência revisse toda a sua atividade, tanto nos gastos com a contratação de

bens e serviços, nos gastos com o pessoal, bem como na gestão operacional da exploração dos seus serviços, adaptando a oferta à procura.

Apesar da economia da RAM crescer ligeiramente e a taxa de desemprego estar a decrescer, a implementação do novo tarifário em 1 de abril de 2019 (PARTRAM), não teve o efeito pretendido, pois a procura continua a diminuir.

Não existiram medidas que contribuíssem fortemente para um maior rendimento das famílias, para a criação de emprego nas zonas da rede interurbana, cuja população está cada vez mais envelhecida devido à baixa taxa de natalidade. Aliado a estes fatores, continua a existir muita emigração, que acentua ainda mais a desertificação das zonas rurais, que leva a um decréscimo da mobilidade das pessoas. Por este facto, a atividade da CCSG continua a ser influenciada pelo decréscimo da procura apesar dos preços dos títulos terem diminuído fortemente.

Do exposto e complementando a breve análise à atividade da CCSG, abaixo discriminamos os principais motivos que contribuíram para os resultados deste exercício:

- A redução do volume de negócios, é resultado, em parte, do reflexo do já referido anteriormente, bem como pelo envelhecimento da frota, cujos autocarros atingiram o seu fim de vida útil, e, pela falta de investimento na aquisição de novos autocarros, que comprometem a competitividade e, por conseguinte, levam à quebra de procura. Estes fatores, refletem-se, principalmente, no serviço de turismo, setor que exige altos valores de qualidade, imagem e segurança. No entanto, é preciso ressaltar que, em 2020, vai ser lançado um Concurso Internacional para a exploração da Rede Interurbana da RAM e, por esse motivo, não é plausível realizar investimentos de renovação da frota;
- Aumento dos Gastos com o pessoal, devido à aplicação do Acordo Empresa realizado entre a HF e os Sindicatos.

A black and white photograph of the front of a Volvo bus, showing the headlights, grille with the 'VOLVO' logo, and the windshield. The bus is parked in a garage with a visible ceiling structure. The image is overlaid with a yellow triangle in the top left, a grey triangle in the top right containing the number '2', and a blue diagonal line across the middle.

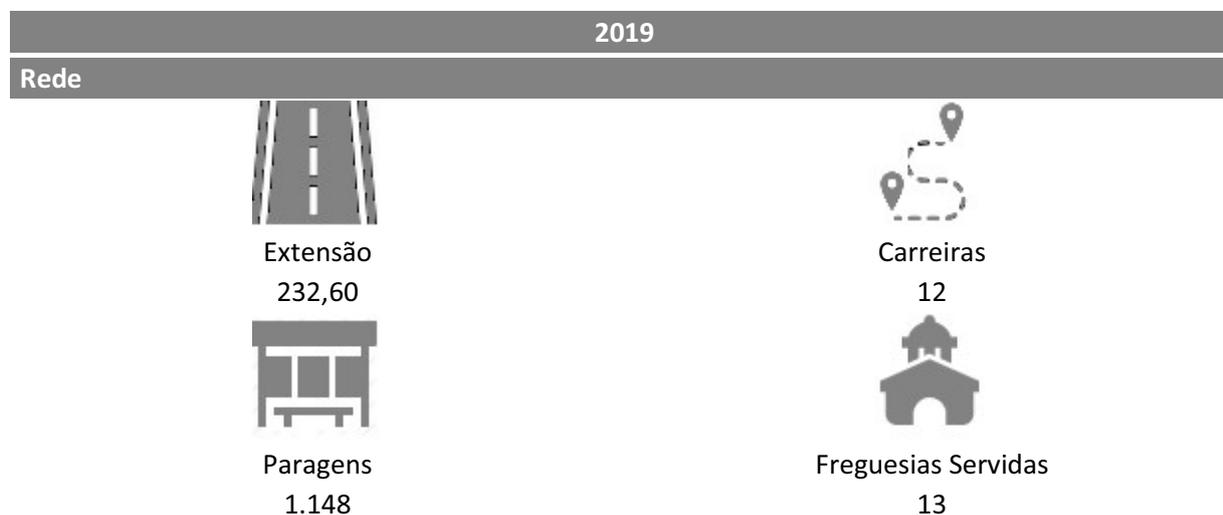
2

EXPLORAÇÃO

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

2. EXPLORAÇÃO

2.1. REDE



2.2. OFERTA

2.2.1. Serviço Interurbano

Ao longo do ano de 2019, o serviço regular de carreiras decorreu dentro dos parâmetros de normalidade, excetuando os constrangimentos causados pela falta de motoristas no mês de julho, devido à atividade sindical.

Relativamente aos quilómetros percorridos, a variação é praticamente nula, apenas percorreram menos 94 quilómetros do que em 2018. As alterações de calendário e um menor número de viagens realizadas (menos 81 viagens que no ano anterior) são os motivos para a redução da distância percorrida.

No quadro seguinte, onde se compara os indicadores de oferta de 2019 com os anos anteriores, destaca-se ainda a taxa de cumprimento com o valor de 99,95 %, que, apesar de ser ligeiramente inferior à do ano de 2018, demonstra a fiabilidade do serviço interurbano.

OFERTA INTERURBANA	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Km Úteis [1]	1.374.152	1.375.999	1.377.336	- 1.847	- 0,1%
Km em Vazio [2]	129.165	127.412	126.827	+ 1.753	+ 1,4%
VKm [3]=[1]+[2]	1.503.317	1.503.411	1.504.163	- 94	- 0,0%
% Km úteis [1]/[3]	91,41%	91,53%	91,57%	- 0,12 p.p	- 0,1%
% Km em vazio [2]/[3]	8,59%	8,47%	8,43%	+ 0,12 p.p	+ 1,4%
Lotação Média	59	59	60	0	+ 0,0%
LKO	81.074.997	81.183.960	82.640.214	- 108.963	- 0,1%
Viagens Previstas [4]	56.335	56.400	56.368	- 65	- 0,1%
Viagens Realizadas [5]	56.308	56.389	56.359	- 81	- 0,1%
Taxa de Cumprimento [5]/[4]	99,95%	99,98%	99,98%	- 0,03 p.p	- 0,0%

p.p – pontos percentuais; Vkm - quilómetros totais percorridos; LKO – lugares por quilómetro percorrido.

2.2.2. Serviço de Alugueres

O serviço de alugueres continua a ser uma parte fulcral do *core business* da empresa. Mantendo a tipologia de autocarros utilizados, a lotação média é de 49,66 lugares.

No que diz respeito aos indicadores de oferta deste serviço, podemos verificar uma diminuição de serviços realizados, tendo sido prestados, em 2019, 3.272 serviços. Esta diminuição é consequência da quebra da procura e é natural que provoque impactos negativos nos restantes indicadores, tais como os quilómetros percorridos (- 9,8%) e os lugares oferecidos por quilómetro (- 9,6%).

OFERTA ALUGUERES	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Km Úteis [1]	180.411	200.369	227.511	- 19.958	- 10,0%
Km em Vazio [2]	36.381	39.877	46.599	- 3.496	- 8,8%
VKm [3]=[1]+[2]	216.792	240.246	274.110	- 23.454	- 9,8%
% Km úteis [1]/[3]	83,22%	83,40%	83,00%	- 0,18 p.p	- 0,2%
% Km em vazio [2]/[3]	16,78%	16,60%	17,00%	+ 0,18 p.p	+ 1,1%
Lotação Média	49,66	49,44	51,81	+ 0,22	+ 0,5%
LKO	8.959.552	9.905.709	11.786.904	- 946.157	- 9,6%
Serviços Realizados	3.272	3.754	3.850	-482	- 12,8%

p.p – pontos percentuais; Vkm - quilómetros totais percorridos; LKO – lugares por quilómetro percorrido.

2.3. PROCURA

2.3.1. Serviço Interurbano

No lado da procura pelo serviço de carreiras interurbanas, constata-se uma redução de 16.417 (-1,5%) no número de passageiros transportados, resultando num decréscimo da taxa de ocupação para os 25,26%. O motivo principal destas alterações, fica a dever-se, em grande parte, ao movimento de turistas na RAM. Como podemos ver no estudo realizado no âmbito do PAMUS, este revela que nos últimos anos, a procura pelos locais turísticos aumentou nos concelhos de Calheta, Machico e São Vicente, concelhos estes que estão fora da rede de operação e, por isso, reduz o público-alvo e conseqüentemente, os passageiros transportados. Claro que não nos podemos esquecer da emigração da população das zonas rurais e do envelhecimento da mesma, sendo mais sedentária e adversa à mobilidade.

No quadro seguinte, estão presentes os principais indicadores de procura do serviço interurbano.

PROCURA INTERURBANA	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
PT	1.098.620	1.115.037	1.170.298	- 16.417	- 1,5%
Percurso Médio	18,64	18,64	18,64	0,00	0,0%
PKT	20.478.277	20.784.290	21.814.355	- 306.013	- 1,5%
TO	25,26%	25,60%	26,40%	- 0,34 p.p	- 1,3%

p.p – pontos percentuais; PT – passageiros transportados; PKT – passageiros por quilómetro transportados; TO – taxa de ocupação; BTM – base tarifária média.

2.3.2. Serviço de Alugueres

Para o serviço de alugueres, a principal fonte de clientes chega por via marítima (cruzeiros), tal como nos anos anteriores.

A diminuição de procura, verifica-se nos serviços prestados, nos passageiros transportados (menos 31.751, que em 2018). Esta quebra, deve-se, principalmente, ao estado da frota afeta ao serviço. A idade avançada dos autocarros, continua a ser o fator mais penalizador, afastando os potenciais clientes para as empresas nossas concorrentes.

Não obstante, podemos verificar no quadro seguinte, onde estão presentes os indicadores de procura do serviço, um aumento da taxa de ocupação de 1,40 pontos percentuais, em relação a 2018, e da receita por quilómetro no valor de 0,5%.

PROCURA ALUGUERES	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
PT	374.101	405.852	340.666	- 31.751	- 7,8%
Percurso Médio	19,66	19,69	28,75	- 0,03	- 0,2%
PKT	7.354.158	7.991.803	9.792.876	- 637.645	- 8,0%
TO	82,08%	80,68%	83,08%	+ 1,40 p.p	+ 1,7%

p.p – pontos percentuais; PT – passageiros transportados; PKT – passageiros por quilómetro transportados; TO – taxa de ocupação; BTM – base tarifária média.

2.4. Paragens

A rede do serviço interurbano mantém as 1.148 paragens, embora disponha ainda de mais 249 paragens, que pertencem ao serviço urbano da HF, mas que são de utilização mista.

De modo a garantir o bom estado e boa imagem da empresa, procedeu-se à manutenção da rede de paragens, ao longo de todo o ano.

REDE DE PARAGENS	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Nº de Paragens	1.148	1.148	1.147	0	0,0%

2.5. Fiscalização

Com intuito de manter o transporte público de passageiros na Madeira como um serviço de excelência, procedeu-se à fiscalização dos passageiros utilizadores das carreiras interurbanas, para que se combata a fraude.

Tendo sido fiscalizadas quase 13% das viagens realizadas, mais 4.513 viagens que em 2018, foram reportados apenas 4 passageiros infratores, dos 64.258 passageiros fiscalizados.

O aumento do número de fiscalizações realizadas deve-se ao facto do quadro de fiscais ter aumentado. Apesar de a CCSG não ter nenhum fiscal no seu quadro, requisita o serviço à HF.

O quadro seguinte mostra os indicadores de fiscalização de 2019, com comparação com os anos anteriores.

FISCALIZAÇÃO	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Viagens Fiscalizadas	7.306	2.793	2.777	+ 4.513	+ 161,6%
% de Viagens Fiscalizadas	12,98%	4,95%	4,93%	+ 8,02 p.p	+ 162,0%
Passageiros Fiscalizados	64.258	31.262	34.822	+ 32.996	+ 105,5%
Fraudes Detetadas	4	0	1	+ 4	n.a.
% Fraudes/Fiscalizações	0,0062%	0,00%	0,0029%	+ 0,0062 p.p	n.a.

p.p – pontos percentuais; n.a. - não aplicável.

A black and white photograph of the front of a Volvo bus, showing the headlights, grille with the 'VOLVO' logo, and the windshield. The bus is parked in a garage with a visible ceiling structure. The image is overlaid with a yellow triangle in the top left, a grey triangle in the top right, and a blue triangle in the bottom right.

3

RECURSOS HUMANOS

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

3. RECURSO HUMANOS

3.1. Efetivo

No final de 2019, a CCSG totalizava 69 colaboradores, mais um que no ano anterior, decompondo-se segundo o quadro seguinte:

EFETIVO		2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
					Absoluta	%
Administrativos	Chefias	1	1	1	0	0,0%
	Outros	1	1	1	0	0,0%
Exploração	Motoristas	64	63	62	+ 1	+ 1,6%
	Formador	1	1	1	0	0,0%
	Expedidor	2	2	2	0	0,0%
TOTAL		69	68	67	+ 1	+ 1,5%

3.2. Indicadores de Movimentação

Ao longo do ano de 2019, registou-se uma saída de um motorista, despedido com justa causa, e duas entradas de novos motoristas, um através de transferência da HF e outro contratado a termo incerto para substituição de uma baixa de longa duração.

MOVIMENTAÇÕES	Entradas	Transferências	Reformas	Demissões	Outros
Motoristas	2			1	
TOTAL	2	0	0	1	0

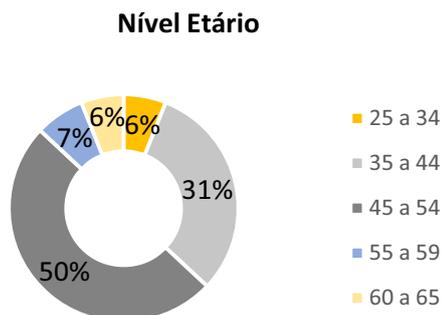
Com isto, podemos averiguar que a taxa de turnover se fixa nos 2,2%. Este indicador mostra a rotatividade dos colaboradores na empresa, que, no caso da CCSG, o baixo valor supracitado demonstra a satisfação da empresa com o atual corpo de colaboradores.

Verifica-se ainda uma taxa de 200,0% no que diz respeito à taxa de reposição do capital humano, esta taxa indica que o número de novos colaboradores foi o dobro dos colaboradores de saída ao longo de 2019.

INDICADORES	2019
Taxa de Reposição	200,0%
Taxa de Turnover	2,2%

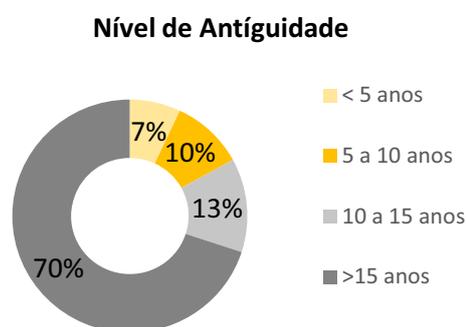
3.3. Nível Etário

No gráfico ao lado, podemos ver a distribuição etária dos colaboradores da CCSG, onde podemos destacar que 81% dos mesmos têm idade compreendidas entre os 35 e os 54, tornando a idade média em 47 anos.



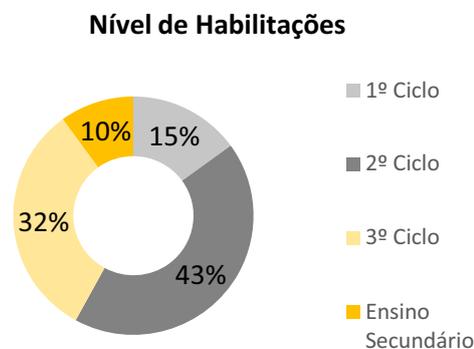
3.4. Nível de Antiguidade

Relativamente à antiguidade dos colaboradores, observamos a situação demonstrada pela taxa de turnover, pois 70% dos colaboradores têm mais de 15 anos ao serviço da CCSG. No entanto, já existem 7% de colaboradores com menos de 5 anos na empresa.



3.5. Nível de Habilitações

O nível de habilitações é consideravelmente baixo, uma vez que 32% tem o 3º ciclo de escolaridade e 43% apenas o 2º ciclo, não tendo nenhum colaborador com formação superior.



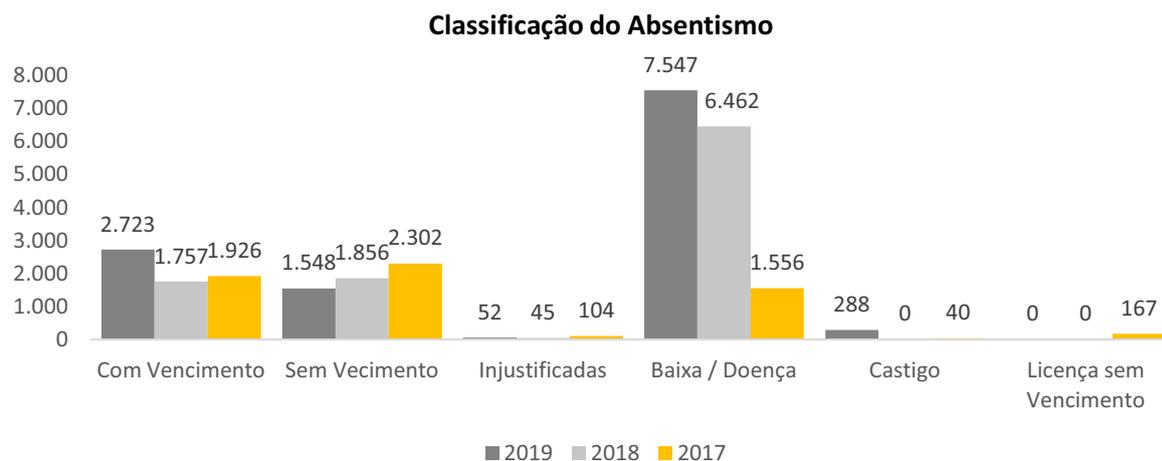
3.6. Absentismo

O absentismo, é um indicador que tem sido alvo de monitorização, uma vez que a taxa se situa, em 2019, nos 10,01%. No entanto, se não forem incluídas as baixas, visto que existiram ao longo do ano, 4 baixas de longa duração, a taxa de absentismo baixa para os 3,80%. De qualquer forma, verifica-se um aumento do absentismo, que teve repercussões na necessidade de trabalho suplementar.

TAXA DE ABSENTISMO	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Real	10,01%	8,08%	6,49%	+ 1,93 p.p	+ 23,9%
Excluindo Baixas	3,80%	2,92%	4,83%	+ 0,88 p.p	+ 30,0%

p.p – pontos percentuais.

No gráfico seguinte, temos o absentismo ao longo dos últimos 3 anos, devidamente classificado, onde se confirma o elevado número de horas perdidas devido a baixas por doença.



3.7. Trabalho Suplementar

Devido à constante falta de colaboradores, em parte devido ao absentismo, tal como supracitado, o trabalho suplementar tem sido imprescindível para manter o serviço de transportes de passageiros, quer no serviço interurbano, quer no serviço de alugueres, tal que, a taxa de trabalho extraordinário atingiu os 18,40%, quase 4 pontos percentuais superior ao do ano anterior.

Como é perceptível no quadro seguinte, quase todo o trabalho suplementar é realizado por colaboradores rodoviários, valor esse que aumentou 4.208 horas, face a 2018.

TRABALHO SUPLEMENTAR (H)	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Total (H)	22.356	18.143	16.486	4.213	+ 23,2%
Rodoviários	22.079	17.871	16.241	+ 4.208	+ 23,5%
Administrativos	277	272	245	+ 5	+ 1,8%
Total (%)	18,40%	14,48%	17,56%	+ 3,92 p.p	+ 27,1%

p.p – pontos percentuais.

3.8. Gastos com o Pessoal

Em 2019, os gastos com o pessoal aumentaram €210.772, um aumento de 13,9%, face ao ano anterior. O aumento do trabalho suplementar é a grande justificação, uma vez que o seu custo aumentou 39,2% em relação ao ano de 2018.

GASTOS COM O PESSOAL	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Horas Extraordinárias	129.688	93.167	81.725	+ 36.521	+ 39,2%
Total	1.726.281	1.515.509	1.497.315	+ 210.772	+ 13,9%

Valores em €.

3.9. Formação

Apostando sempre na formação contínua e cumprindo o Plano de Formação Profissional, a CCSG voltou a ministrar formações aos seus colaboradores 6 cursos, contabilizando 837 horas de formação e 21 formandos. Destaca-se a formação inicial dada a três motoristas, que estão agora aptos para as redes da Camacha e Curral das Freiras.

FORMAÇÃO	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
CAM (Contínuo)		665	980	- 665	- 100,0%
Inicial	679	640		+ 39	+ 6,1%
Técnica	6	16	125	- 10	- 62,5%
Rede Interurbana	120			+ 120	#DIV/0!
Higiene e Segurança no Trabalho	32	8		+ 24	+ 300,0%
Total	837	1.329	1.105	- 492	- 37,0%
Nº de cursos lecionados	6	6	4	0	0,0%
Nº de formandos	21	30	35	- 9	- 30,0%

Valores em horas.

3.10. Disciplina

Durante todo o ano, foram instaurados 3 processos disciplinares a motoristas, tendo transitado um deles para o ano de 2020.

Dos 3 processos, um deles, que transitava do ano de 2018, resultou numa suspensão com perda de retribuição. Das duas ocorrências de 2019, um motorista foi repreendido e outro despedido.

3.11. Saúde

De modo a garantir o bom estado de saúde dos colaboradores, realizaram-se 38 exames médicos periódicos e 1 de admissão. Apesar de em 2018, os valores terem sido ligeiramente superiores, o cuidado com o bem-estar de todos os colaboradores continua presente.

SAÚDE	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Exames Médicos Periódicos	38	44	254	- 6	- 13,6%
Exames Médicos de Admissão	1	4	177	- 3	- 75,0%

3.12. Acidentes de Trabalho

Quanto à segurança no trabalho, registou-se o mesmo número de acidentes que no ano anterior, embora se tenham perdido mais 54 dias de trabalho. Uma das ocorrências, resultou em incapacidade que transitou para 2020.

No quadro abaixo, podemos verificar que mesmo mantendo o número de acidentes, os índices de frequência e de incidência diminuíram, este último devido ao aumento de 1 motoristas. Já os índices de gravidade aumentaram, dado o aumento de dias de trabalho perdidos.

Considera-se que os índices apresentados revelam a segurança dos colaboradores, dado que são poucos os acidentes ocorridos, mas infelizmente a gravidade é maior que nos anos anteriores.

ACIDENTES DE TRABALHO	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Nº de Acidentes	2	2	1	0	0,0%
Dias Perdidos	67	13	11	+ 54	+ 415,4%
Trabalhadores	69	68	67	+ 1	+ 1,5%
Horas Trabalhadas	134.789	133.319	104.291	+ 1.470	+ 1,1%
Índice de Frequência	1,48	1,50	0,96	- 0,02	- 1,1%
Índice de Gravidade	49,71	9,75	10,55	+ 39,96	+ 409,8%
Índice Avaliação de Gravidade	33,50	6,50	11,00	+ 27,00	+ 415,4%
Índice de Incidência	2,90	2,94	1,49	- 0,04	- 1,4%

Índice de Frequência: número de acidentes por 100.000 horas trabalhadas; Índice de Gravidade: número de dias perdidos por 100.000 horas trabalhadas; Índice Avaliação de Gravidade: número médio de dias perdidos por acidente; Índice de Incidência: número de acidentes por 100 colaboradores.

3.13. Álcool Testes

Para garantir o bem-estar dos nossos passageiros, foram realizados 1.443 álcool testes, mais 55,0% que em 2018, sem qualquer resultado positivo, o que demonstra o profissionalismo e seriedade dos colaboradores da CCSG.

ALCOOL TESTES	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Álcool testes Efetuados	1.443	931	3.455	+ 512	+ 55,0%
dos quais positivos	0	2	11	- 2	- 100,0%
% de positivos	0,00%	0,21%	0,32%	- 0,21 p.p	- 100,0%

p.p – pontos percentuais.

3.14. Sinistralidade

A condução preventiva e cautelosa é uma das noções mais transmitidas aos motoristas. No entanto, a circulação rodoviária torna-se cada vez mais difícil e congestionada. Mesmo assim, em 2019, o número de sinistros registados diminuiu de 140, em 2018, para 116, mantendo o valor de acidentes com terceiros. Neste ano, ocorreram mais acidentes de responsabilidade de terceiros, e, por isso, a percentagem de acidentes com encargos para a empresa reduziu para 92,24%, representando uma diminuição de 3,47 pontos percentuais quando comparando com 2018. Registou-se ainda uma queda de um passageiro, menos 3 do que no ano anterior.

SINISTROS REGISTADOS	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Danos próprios	92	116	119	- 24	- 20,7%
Responsabilidade de terceiros	9	6	10	+ 3	+ 50,0%
Responsabilidade da SG	15	18	21	- 3	- 16,7%
Total de Participações	116	140	150	- 24	- 17,1%
% de Acidentes com encargos para a CCSG	92,24%	95,71%	93,33%	- 3,47 p.p	- 3,6%
Quedas	1	4	5	-3	- 75,0%

p.p – pontos percentuais.

No que diz respeito aos custos relacionados com os sinistros, verificámos uma diminuição, quer do valor pago quer do valor recebido, em relação ao período anterior, de 93,1% e 98,2% respetivamente.

SINISTRALIDADE	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Danos Próprios	2.534	21.175	19.525	- 18.641	- 88,0%
Responsabilidade da SG	2.772	55.858	9.812	- 53.086	- 95,0%
Total Pago	5.306	77.033	29.337	- 71.727	- 93,1%
Recebido de terceiros	79	2.651	7.932	- 2.572	- 97,0%
Imobilização	0	1.660	2.024	- 1.660	- 100,0%
Total Recebido	79	4.311	9.956	- 4.232	- 98,2%
Participados Seguradora	23	22	29	+ 1	+ 4,5%
Indemnizações Pagas	9.722	26.135	0	- 16.413	- 62,8%

p.p – pontos percentuais.

A black and white photograph of the front of a Volvo bus, showing the headlights, grille with the 'VOLVO' logo, and the windshield. The bus is parked in a garage with a visible ceiling structure. The image is overlaid with a yellow triangle in the top left, a grey triangle in the top right containing the number '4', and a blue diagonal line across the middle.

4

LOGÍSTICA

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

4. LOGÍSTICA

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. no cumprimento do quadro legal é uma Entidade Adjudicante ao abrigo do artigo 2º, n.º 2 CCP.

Em 2019, a CCSG aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico e demais legislação de adaptação do CCP à Região, nomeadamente o Decreto- Legislativo Regional n.º 34/2008 de 14 de agosto de 2008, com as recentes alterações pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2018/M de 15 de março.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes, com valores abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 9.º, artigo 11.º a contrário e artigo 12.º, todos do CCP, e que, como tal não tem aplicação a parte II do referido Código, foram aplicadas o Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas (RARE).

A CCSG não possui os serviços de apoio habituais a uma operadora de transporte público, nomeadamente serviços de aprovisionamento. Para tal socorre-se nesta área, bem como todas as outras atividades que não a sua prestação do serviço ao cliente final nomeadamente serviços administrativos e de manutenção, aos serviços disponibilizados pela HF.

Desta forma é a HF que trata da logística da CCSG, faturando a esta a prestação dos seus serviços.

Os únicos fornecedores relevantes da CCSG são a HF e a Lusitânia Seguros, S.A..

O novo regime jurídico dos transportes aconselhava prudência em matéria de investimentos, pois prevê-se que o concurso internacional para a exploração da rede interurbana ocorra em 2020. Desta forma a empresa optou por não efetuar qualquer investimento relevante em 2019.

A black and white photograph of the front of a Volvo bus, showing the headlights, grille with the 'VOLVO' logo, and the windshield. The bus is parked in a garage with a visible ceiling structure. The image is overlaid with a yellow triangle in the top left, a grey triangle in the top right, and a blue diagonal bar across the middle.

5

MANUTENÇÃO

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

5. MANUTENÇÃO

5.1. Indicadores Principais

2019		Variação 2019/2018	
Frota			
88		0	
			
Interurbanos	Alugueres	Interurbanos	Alugueres
59	29	0	0
Taxa de Imobilização			
23%		+ 1,04 p.p	
			
Interurbanos	Alugueres	Interurbanos	Alugueres
24%	19%	+ 1,74 p.p	- 0,39 p.p
Custo (€/Km)			
0,51		- 0,01	
			
Interurbanos	Alugueres	Interurbanos	Alugueres
0,46	0,80	- 0,02	+ 0,06
Combustível (L/100Km)			
58,18		+ 0,51	
			
Interurbanos	Alugueres	Interurbanos	Alugueres
59,27	52,14	+ 0,36	+ 1,45

p.p – pontos percentuais.

5.2. Frota do Serviço Interurbano

A frota de autocarros do serviço interurbano é composta por 59 viaturas, com uma idade média de 27,92 anos.

Ao longo do ano de 2019, percorreram-se 1.494.396 quilómetros, consumindo €804.227 de combustível. O custo total de manutenção ascendeu a €681.577, traduzindo-se numa redução de

€0,02 por quilómetro percorrido, face a 2018, dado que houve uma variação negativa de 4,7% dos custos de manutenção.

Destacamos ainda o aumento da taxa de imobilização para 24,18% e, o aumento do consumo de combustível para 59,27 litros aos 100 quilómetros, devendo-se claramente ao envelhecimento da frota. Ao longo do ano, realizaram-se, 210 ações preventivas e 5.818 lavagens às viaturas.

FROTA INTERURBANA	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Kms Percorridos [1]	1.494.396	1.494.984	1.530.662	- 588	- 0,0%
Manutenção (€) [2]	681.577	715.036	732.542	- 33.459	- 4,7%
Combustível (€) [3]	804.227	798.659	767.833	+ 5.568	+ 0,7%
Custo/Km (€) $[(2)+(3)]/[1]$	0,99	1,01	0,98	-0,02	- 1,8%
Consumo (L/100Km)	59,27	58,91	58,49	0,36	+ 0,6%
Taxa de Imobilização	24,18%	22,44%	14,01%	+ 1,74 p.p	+ 7,8%
Revisões	210	234	426	- 24	- 10,3%
Lavagens	5.818	6.101		- 283	- 4,6%

p.p – pontos percentuais.

5.3. Frota do Serviço de Alugueres

Quanto à frota do serviço de alugueres, a idade média das 29 viaturas é de 18,79 anos.

Apesar do número de quilómetros de exploração ter reduzido face ao ano de 2018, os quilómetros totais de manutenção aumentaram 1,7%, devido a formação de motoristas e deslocações para o centro de inspeções. Contudo o custo por quilómetro aumentou para €1,28, fruto do aumento dos custos de manutenção (10,0%) e do consumo de combustível (5,3%).

Pelo lado positivo, verifica-se a diminuição da taxa de imobilização para 19,39% e o aumento do número de revisões.

O quadro seguinte compara os indicadores oficiais com os anos anteriores.

FROTA ALUGUERES	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Kms Percorridos	268.163	263.781	253.246	+ 4.382	+ 1,7%
Manutenção (€) [2]	215.380	195.716	198.135	+ 19.664	+ 10,0%
Combustível (€) [3]	127.387	120.939	124.396	+ 6.448	+ 5,3%
Custo/Km ([2]+[3])/[1]	1,28	1,20	1,27	0,08	+ 6,5%
Consumo (L/100Km)	52,14	50,68	57,56	1,45	+ 2,9%
Taxa de Imobilização	19,39%	19,78%	17,50%	- 0,39 p.p	- 2,0%
Revisões	53	48	100	+ 5	+ 10,4%
Lavagens	4.031	4.039		- 8	- 0,2%

p.p – pontos percentuais.

A black and white photograph of the front of a Volvo bus, showing the headlights, grille with the 'VOLVO' logo, and the windshield. The bus is parked in a garage with a visible ceiling structure. The image is overlaid with a yellow triangle in the top left, a grey triangle in the top right containing the number '6', and a blue diagonal line across the middle.

6

COMERCIAL

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

6. COMERCIAL

6.1. Vendas do Serviço Interurbano

Relativamente à área comercial, apresentamos um quadro que resume as vendas de bilhetes em valor e quantidade, no ano de 2019, comparando com os valores dos anos anteriores.

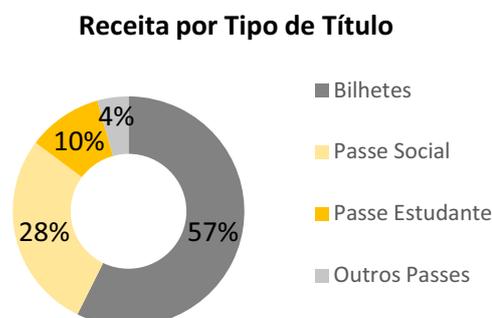
Devido às alterações tarifárias presentes na Portaria nº 82/2019 de 27 de fevereiro (PARTRAM), ocorreram grandes mudanças na estrutura de títulos vendidos. A nível da receita, houve uma quebra de 19% devido, essencialmente, à queda das vendas dos bilhetes de bordo, de €113.722 face ao ano de 2018, e, à queda das receitas dos passes, com uma diminuição de 28,7%, motivada pelas reduções tarifárias supracitadas.

O quadro seguinte apresenta as receitas por tipo de título:

RECEITA POR TIPO DE TÍTULO	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Bilhetes	1.058.460	1.172.183	1.299.028	-113.722	-9,70%
Passes	789.248	1.107.615	1.156.308	-318.367	-28,74%
Total	1.847.708	2.279.797	2.455.336	-455.131	-19,00%

Valores em €.

No gráfico à direita, vemos o peso da receita dos principais títulos vendidos. Os bilhetes geraram 57% da receita do ano de 2019, enquanto que nos passes, as maiores parcelas são os passes sociais com 28% e os passes estudantes com 10%, embora ambos apresentem quebras face ao ano anterior.



Observando agora nas quantidades por tipo de título, constata-se uma redução clara no número de bilhetes vendidos (-10,0%) em detrimento do aumento do número de passes (+8,4%).

QUANTIDADE POR TIPO DE TÍTULO	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Bilhetes	456.305	507.104	529.613	-50.799	-10,02%
Passes	20.137	18.568	18.760	1.569	8,45%
Total	476.442	525.672	548.373	-49.230	-9,40%

6.2. Informações e Eventos

É objetivo da CCSG, manter os seus clientes informados sobre o serviço prestado. Por isso, através das plataformas da HF foram divulgadas as alterações de horários e carreiras, e, as demais campanhas promocionais.

Para promover a utilização de transportes públicos, desenvolveram-se medidas para o incentivo da utilização dos nossos serviços em eventos importantes da agenda regional, do ponto de vista turístico e cultural.



No quadro seguinte, podemos verificar os resultados dos 3 eventos promovidos. Todos eles com resultados positivos, destacando-se a Festa da Castanha com €2.433.

EVENTOS	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Festa dos Compadres					
Receita	252			+ 252	n.a.
Custo	121			+ 121	n.a.
Resultado	131			+ 131	n.a.
Festa do Curral das Freiras					
Receita	1.247	1.521		- 274	- 18,0%
Custo	196	0		+ 196	n.a.
Resultado	1.051	1.521		- 470	- 30,9%
Festa da Castanha					
Receita	3.136	1.521		+ 1.615	+ 106,2%
Custo	703	370		+ 332	+ 89,7%
Resultado	2.433	1.151		+ 1.283	+ 111,5%

Valores em €; n.a. - não aplicável.

A black and white photograph of the front of a Volvo bus, showing the headlights, grille with the 'VOLVO' logo, and the windshield. The bus is parked in a garage with a visible ceiling structure. The image is overlaid with a yellow triangle in the top left, a grey triangle in the top right containing the number '7', and a blue diagonal line across the middle.

7

TECNOLOGIA

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

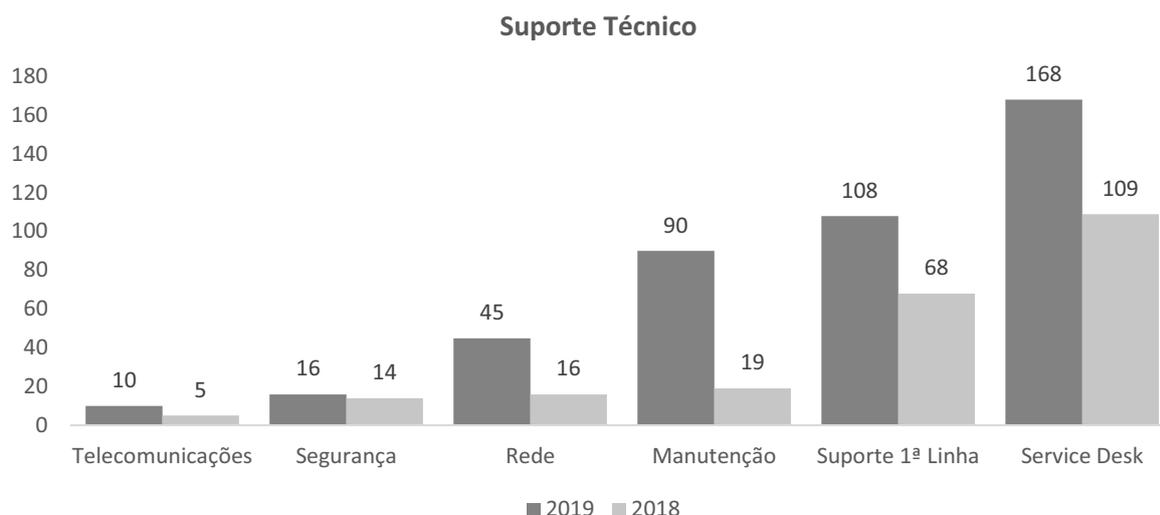
7. TECNOLOGIA

7.1. Alojamento e Administração de Sistemas

Neste domínio, as tarefas relacionam-se com a análise do comportamento da rede, dos sistemas operativos de rede, dos sistemas de base de dados, hardware de servidores, sistema de correio e atualizações de software. Destacam-se dois projetos: a unificação do sistema de prestação de contas dos motoristas e a implementação do InfoPub.

7.2. Suporte Técnico

Ao longo do ano, foi dada a continuidade de suporte técnico à atividade e utilizadores da CCSG. Registaram-se 437 pedidos de suporte técnico, divididos conforme o gráfico seguinte, que também compara os mesmos com os valores do ano anterior.



7.3. SAEIP

Realizou-se o acompanhamento do processo de assistência técnica evolutiva do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros. Esta, contempla a atualização dos equipamentos em parceria com a empresa TECMIC. Verificou-se, no ano em apreço, um total de 113 anomalias, sendo que do total, 14 em painéis de informação ao público e 99 nos sistemas embarcados.

7.4. Bilhética

O sistema de bilhética apresentou, em 2019, mais anomalias que nos anos anteriores, muito devido ao envelhecimento dos equipamentos embarcados, visto que muitas peças já não são produzidas por já serem obsoletas. De qualquer forma, realizaram-se otimizações ao processo do sistema, onde se destacam as seguintes: otimização no sistema de prestação de contas dos motoristas, reestruturação de zona tarifária e reprogramação do sistema de faturação (conforme diretivas da AT). Totalizaram-se 295 intervenções ao longo de todo o ano de 2019.

7.5. Segurança das TIC

Foram realizadas ações de gestão, manutenção e monitorização das Firewalls, VPN's e Web, de modo a assegurar a quantidade e qualidade de proteção de todos os sistemas informáticos.

7.6. Atividades não planeadas

Além da monitorização de toda a tecnologia afeta à CCSG, houve necessidade de realização de outras atividades, ao longo de 2019. Entre elas, acompanhamento do RGPD, atualização tarifária dos postos de vendas, desenvolvimento de software de faturação, reestruturação do GIST3, criação de aplicação de tratamento de reclamações e programação de aplicação de gestão para o serviço de alugueres.

The image shows the front of a white Volvo bus parked in a garage. The bus has two round headlights and a grille with the 'VOLVO' logo. The scene is overlaid with geometric shapes: a yellow triangle in the top left, a grey vertical bar on the right, and blue diagonal bars. A large white number '8' is centered in the grey bar.

8

ANÁLISE FINANCEIRA

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

8. ANÁLISE FINANCEIRA

8.1. Resultado Líquido

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, fecha o ano de 2019 com um resultado líquido negativo no valor de €486.821, verificando-se um agravamento de 249,3% face ao ano anterior (€-139.362).

De forma a analisar o resultado acima referido, procedemos à comparação das contas de gastos e rendimentos com o último ano e a sua variação.

A nível financeiro e de estrutura financeira, disponibilizamos os principais indicadores financeiros e a sua evolução:

INDICADORES FINANCEIROS	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
EBITDA	-320.475	47.068	666.714	-367.544	-780,87%
EBIT	-486.789	-139.352	-905.371	-347.437	249,32%
Resultado Líquido	-486.821	-139.362	-959.257	-347.459	249,32%

Valores em €.

8.2. Rendimentos e Ganhos

Entre os rendimentos e ganhos no período, verifica-se uma quebra de 16,5% na rubrica venda e prestação de serviços. Esta justifica-se pelas alterações tarifárias referidas (PARTRAM). Não obstante a essa redução, verifica-se o aumento da rubrica subsídios à exploração, mais concretamente, das Indemnizações Compensatórias pela prestação do serviço público, embora não sejam suficientes para colmatar as perdas nas vendas.

Relativamente aos outros rendimentos e ganhos verifica-se uma diminuição de 75,0% face ao período homólogo.

O quadro seguinte revela os principais indicadores de rendimentos e ganhos:

RENDIMENTOS E GANHOS	Serviço Interurbano			Serviço de Alugueres		
	2019	2018	%	2019	2018	%
Vendas e Prestação de Serviços	1.958.491	2.353.068	- 16,8%	564.685	668.618	- 15,5%
Subsídios à exploração	1.201.117	763.942	+ 57,2%	0	0	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	12.539	37.542	- 66,6%	1.222	17.516	- 93,0%
Total	3.172.146	3.154.553	+ 0,6%	565.907	686.135	- 17,5%
RENDIMENTOS E GANHOS	Total					
	2019	2018	%			
Vendas e Prestação de Serviços	2.523.176	3.021.686	- 16,5%			
Subsídios à exploração	1.201.117	763.942	+ 57,2%			
Outros rendimentos e ganhos	13.761	55.059	- 75,0%			
Total	3.738.053	3.840.688	- 2,7%			

Valores em €.

8.3. Gastos e Perdas

Relativamente aos gastos e perdas, a rubrica que mais contribuiu para o aumento de 6,2%, face a 2018, foi a de gastos com o pessoal. Isto é explicado pelo acréscimo de 13,9%, fruto das atualizações salariais presentes nos novos Acordos de Empresa com a Horários do Funchal, e que o Conselho de Administração decidiu replicar na Companhia de Carros de São Gonçalo.

GASTOS E PERDAS	Serviço Interurbano			Serviço de Alugueres		
	2019	2018	%	2019	2018	%
Gastos com o Pessoal	1.552.166	1.337.918	+ 16,0%	174.115	177.591	- 2,0%
FSE - Combustível	804.227	813.194	- 1,1%	127.512	123.557	+ 3,2%
FSE - Outros	761.829	731.519	+ 4,1%	586.157	594.938	- 1,5%
Gastos de amortização	140.614	165.793	- 15,2%	25.700	20.627	+ 24,6%
Outros gastos e perdas	24.638	9.911	+ 148,6%	27.915	5.002	+ 458,1%
Total	3.283.473	3.058.334	+ 7,4%	941.401	921.715	+ 2,1%
GASTOS E PERDAS	Total					
	2019	2018	%			
Gastos com o Pessoal	1.726.281	1.515.509	+ 13,9%			
FSE - Combustível	931.740	936.750	- 0,5%			
FSE - Outros	1.347.986	1.326.457	+ 1,6%			
Gastos de amortização	166.314	186.420	- 10,8%			
Outros gastos e perdas	52.553	14.913	+ 252,4%			
Total	4.224.874	3.980.049	+ 6,2%			

Valores em €.

8.4. Indicadores Financeiros

ATIVO

O total do ativo apresenta um saldo de €3.311.541, redução de quase 18%, e deve-se ao esforço por parte da empresa, em diminuir as dívidas de clientes e de outras contas a receber.

CAPITAL PRÓPRIO

O total do capital próprio fixa-se, no final do período, nos €2.296.626.

PASSIVO

O passivo, apresenta um montante de €1.014.915, representando uma descida de 22,8% face ao período homólogo de 2018. A diminuição das dívidas a fornecedores de €254.594, torna a rubrica na mais contribuidora para esta diminuição.

No quadro seguinte, estão presentes os indicadores financeiros no final de 2019 e a respetiva comparação:

INDICADORES FINANCEIROS	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Balço					
Ativo não corrente	2.000.463	1.988.829	2.068.288	11.634	0,58%
Ativo Corrente	1.311.079	2.048.872	2.478.732	-737.793	-36,01%
Clientes	819.221	924.921	1.088.188	-105.700	-11,43%
Diferimentos Ativos	53.659	48.120	2.478	5.539	11,51%
Outras Contas a Receber	196.022	713.612	807.767	-517.590	-72,53%
TOTAL DO ATIVO	3.311.541	4.037.701	4.547.020	-726.159	-17,98%
Capital realizado	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	0,00%
CAPITAL PRÓPRIO	2.296.626	2.722.699	2.862.060	-426.072	-15,65%
Passivo corrente	1.014.915	1.315.002	1.684.960	-300.087	-22,82%
Fornecedores	526.874	781.468	951.205	-254.594	-32,58%
Diferimentos Passivos	33.358	49.679	55.310	-16.321	-32,85%
TOTAL DO PASSIVO	1.014.915	1.315.002	1.684.960	-300.087	-22,82%
Demonstração de Resultados					
Vendas e Prestações de Serviços	2.523.176	3.021.686	3.098.832	-498.510	-16,50%
Amortizações do exercício	166.313	186.420	88.484	-20.107	-10,79%
Imposto sobre o rendimento	-31	-10	-14	-21	210,00%
RESULTADO LÍQUIDO	-486.821	-139.362	-88.498	-347.459	249,32%

Valores em €.

DÍVIDA COMERCIAL E FINANCEIRA

No que diz respeito à dívida comercial, a mesma desceu 25,1%, o que mais uma vez, demonstra a vontade de a empresa reduzir os seus passivos. Em relação à dívida financeira da empresa, a mesma mantém valor.

DÍVIDAS	2019	2018	2017	Variação 2019/2018	
				Absoluta	%
Comercial	908.701	1.213.217	1.592.660	- 304.516	- 25,1%
Financeira	0	0	0	0	0,0%
Total	908.701	1.213.217	1.592.660	- 304.516	- 25,1%

Valores em €.

INVESTIMENTOS

Neste exercício, a CCSG investiu €134.383,30 euros dos quais, €846,52 com despesas do terreno da Camacha referente a ativos fixos tangíveis em curso de 2018, €133.447,38 em órgãos de substituição de viaturas, e €89,40 em equipamento administrativo.

DESINVESTIMENTOS

A rubrica Terrenos e recursos naturais, regista, o abate das despesas do terreno da Camacho no valor de 846,52 euros, em equipamento básico, o abate dos órgãos de substituição de viaturas no valor de 89 mil euros, e de 7 mil euros em equipamento administrativo.

PERSPETIVAS FUTURAS

Em 2020 irá ser lançado o concurso público para a Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na rede interurbana da RAM, conforme estipula o novo regime jurídico do serviço de transporte público, que já tem parecer positivo por parte da AMT, Parecer 68/2019, de 19 de dezembro, do qual iremos participar em consórcio, devidamente mandatados pelo Governo Regional da Madeira, mas que nos deixa algumas dúvidas quanto ao futuro pois teremos de aguardar pelo vencedor do mesmo para depois delinear estratégias futuras. Enquanto isso não acontece, continuamos com a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por um período adicional de dezanove meses, até 31 de julho de 2021, mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigoravam até 31 de dezembro de 2019, de acordo com o Despacho nº 520/2019, de 23 de dezembro, publicado no JORAM, II Série, nº 220, 2º Suplemento.

Face à perda de metade do capital, e de acordo com o previsto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração irá solicitar a realização de prestações suplementares, no valor de 1 milhão de euros, no ano de 2020, como medida de cumprimento do artigo 35º.

O início de 2020, ao contrário de outros anos, tem sido um ano difícil, dado que estamos a viver uma crise pandémica, devido ao surto COVID-19 e que tem afetado toda a população e, conseqüentemente a mobilidade das pessoas, pois para evitar a propagação do vírus, o Governo Regional da Madeira tem tomado medidas legislativas no sentido de que as pessoas fiquem de quarentena nas suas casas. Com a implementação por parte da empresa de um plano de contingência que está em constante atualização por forma a corresponder às medidas das autoridades de saúde e em articulação com o Governo Regional da Madeira, foram tomadas medidas, entre as quais: planos de formação a todos os colaboradores; disponibilização de um “kit” a cada motorista e a cada departamento; limitações em algumas áreas na sede da empresa; redução da nossa operação, numa primeira fase para 50% da capacidade dos nossos autocarros, e, mais tarde, para um terço, até 31 de março data em que termina o Estado de Emergência Nacional; entre outras.

Todas as medidas supracitadas estão a ter um impacto significativo na nossa operação e conseqüentemente na nossa receita, pois, o número de passageiros transportados caiu abruptamente. Neste momento aguardamos por novas medidas governamentais, principalmente se irá ou não existir renovação do Estado de Emergência, de modo a reconfigurarmos a operação e

ajustarmos os rendimentos aos nossos gastos. Estamos a prever que as contas do exercício de 2020 serão afetadas, não sendo possível nesta fase a sua mensuração, no entanto, não se encontra em causa a continuidade das nossas operações, assim como procedemos às aplicáveis divulgações nos documentos de prestação de contas, os quais consideramos não necessitarem de ser alterados.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o Resultado Líquido do exercício, negativo, no valor de 486.820,74 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 25 de março de 2020

O Conselho de Administração



Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves



Susana Maria Florença Pinto Correia



Duarte Leovigildo de Faria Sousa

The image shows the front of a white Volvo bus parked in a garage. The bus has two round headlights and a grille with the 'VOLVO' logo. The background is a grey, industrial-looking ceiling with a grid pattern. The image is overlaid with several geometric shapes: a large yellow triangle in the top left, a grey trapezoid in the top right, and a blue trapezoid in the middle right. The number '10' is printed in white on the grey trapezoid.

10

CONTAS DO PERÍODO

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

9. CONTAS DO PERÍODO

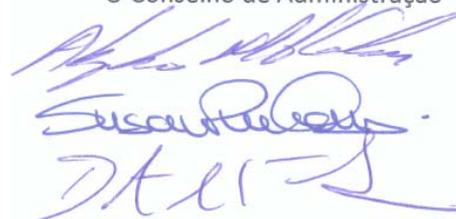
9.1. BALANÇO

Rubricas	Notas	2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1.969.384,00	1.960.104,71
Outros investimentos financeiros		474,05	89,28
Estado e outros entes públicos	9	30.604,78	28.634,96
		2.000.462,83	1.988.828,95
Ativo corrente			
Inventários		2.064,20	1.318,62
Clientes	8	819.221,23	924.921,40
Adiantamentos a fornecedores	18	35,38	64,99
Estado e outros entes públicos	9	114.151,91	245.341,14
Outros Créditos a receber	10	196.021,90	713.612,31
Diferimentos	11	53.659,27	48.119,78
Caixa e depósitos bancários	4	125.924,76	115.493,72
		1.311.078,65	2.048.871,96
Total do ATIVO		3.311.541,48	4.037.700,91
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Subscrito	12	5.000.000,00	5.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	2.700.000,00	2.700.000,00
Reservas Legais	14	59.358,27	59.358,27
Resultados Transitados	15	-5.036.659,57	-4.897.297,93
Excedentes de revalorização	16	60.748,28	0,00
Resultado líquido do período		-486.820,74	-139.361,64
Total do Capital Próprio		2.296.626,24	2.722.698,70
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	526.874,30	781.467,97
Adiantamento de Clientes		0,00	4.260,04
Estado e outros entes públicos	9	72.856,90	47.846,51
Outras dívidas a pagar	17	381.826,32	431.749,13
Diferimentos	11	33.357,72	49.678,56
Outros Passivos financeiros			
		1.014.915,24	1.315.002,21
Total do Passivo		1.014.915,24	1.315.002,21
Total do Capital Próprio e do Passivo		3.311.541,48	4.037.700,91

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



9.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rubricas	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	19	2.523.175,68	3.021.686,15
Subsídios à exploração	10 e 20	1.201.116,56	763.942,46
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-8.754,89	-8.406,87
Fornecimentos e serviços externos	21	-2.279.725,64	-2.263.207,80
Gastos com pessoal	22	-1.726.280,96	-1.515.508,84
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	8 e 9	-21.530,66	48.186,20
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor		11,02	
Outros rendimentos e ganhos	23	12.853,76	6.778,72
Outros gastos e perdas	24	-21.340,27	-6.401,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-320.475,40	47.068,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 25	-166.313,90	-186.419,89
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-486.789,30	-139.351,64
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-486.789,30	-139.351,64
Imposto sobre rendimento do período	7	-31,44	-10,00
Resultado líquido do período		-486.820,74	-139.361,64

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



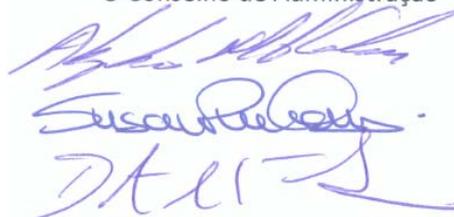
9.3. FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	2.713.656,34	3.352.612,92
Pagamentos a Fornecedores	-3.021.765,38	-3.014.906,53
Pagamentos ao Pessoal	-1.019.039,63	-892.948,02
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-6.482,17
Outros Pagamentos/Recebimentos	1.509.232,19	648.233,66
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	182.083,52	86.509,86
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Ativos fixos tangíveis	-171.578,32	-238.481,49
Ativos fixos intangíveis		
Recebimentos de		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos fixos intangíveis		
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-171.578,32	-238.481,49
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	-74,16	-10,70
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Recebimentos de		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	-74,16	-10,70
Varição de caixa e seus equivalentes [1]+[2]+[3]	10.431,04	-151.982,33
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	115.493,72	267.476,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	125.924,76	115.493,72

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



9.4. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL

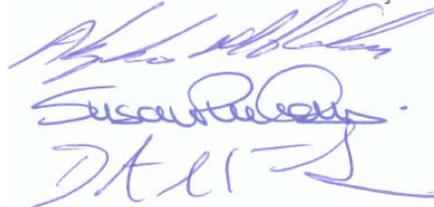
Demonstração das alterações no capital próprio no período 2018

Rubricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2018		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-4.808.799,77	0,00	-88.498,16	2.862.060,34
Alterações no Período								
Reconhecimento de subsídios ao investimento								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Aplicação do resultado líquido do período					-88.498,16		88.498,16	0,00
		0,00	0,00	0,00	-88.498,16	0,00	88.498,16	0,00
Resultado Líquido do Período							-139.361,64	-139.361,64
Resultado Integral							-50.863,48	-50.863,48
Outras operações								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Posição no Fim do Período 2018		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-4.897.297,93	0,00	-139.361,64	2.722.698,70

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstração das alterações no capital próprio no período 2019

Rubricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2019		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-4.897.297,93	0,00	-139.361,64	2.722.698,70
Alterações no Período								
Realização do exced. reval. de at. fixos tang. e intangíveis	16					60.748,28		
Aplicação do resultado líquido do período	15				-139.361,64		139.361,64	0,00
		0,00	0,00	0,00	-139.361,64	60.748,28	139.361,64	0,00
Resultado Líquido do Período							-486.820,74	-486.820,74
Resultado Integral							-347.459,10	-347.459,10
Operações c/ Detentores capital no Período								
Realizações de capital								
Outras operações								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Posição no Fim do Período 2019		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-5.036.659,57	60.748,28	-486.820,74	2.296.626,24

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota Introdutória

1.1. Identificação da Entidade

1.1.1. Designação da Entidade

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (CCSG), é uma sociedade constituída em 10 de junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por ações, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, presentemente com o nº. único 511007116, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

1.1.2. Objeto e finalidade

Exploração de um serviço público por via da relação de um contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira, celebrado em 30-10-2017, tendo como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana, e, no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

1.1.3. Sede

A CCSG é a pessoa coletiva nº. 511007116, com sede na Travessa da Fundoa de Baixo, n.º5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

1.1.4. Designação da empresa mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída a 5 de junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por ações, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objeto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da

relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 17.852.360,00 Euros.

1.1.5. Sede da empresa mãe

A HF é a pessoa coletiva nº. 511026340, com sede na Travessa da Fundoa, 5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Disposições gerais

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 25 de março de 2020, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2019 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2018.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo

na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

Com a aquisição da Estação de serviço da Camacha em 2016 e atendendo à sua última revalorização em 2014 ainda na empresa-mãe, em 31/12/2019 procedeu-se a novas avaliações para obtenção dos justos valores, sendo os mesmos refletidos no exercício.

Quanto aos bens do equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros, desagregada em componentes) adquiridos até o ano de 1992 que estão acrescidos das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do ativo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respetivas imobilizações.

As reparações/manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são ativos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações /manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a CCSG tem por norma imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da CCSG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que

operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CCSG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CCSG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2017, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efetuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 43
Equipamento básico:	
Viaturas:	
Motores	8
Caixa de Velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos de Cobrança e Controlo	3 a 8
Programas de Cobrança e Controlo	3
Equipamento Administrativo	5 a 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Direitos de concessão

Foi publicado no JORAM II Série, Nº 220, o despacho nº 520/2019, de 23 de dezembro, que autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóvel, que tenham sido renovados após a data limite do período referido na alínea d) do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, por um período adicional de dezanove meses até 31 de julho de 2021, mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigorem a 31 de dezembro de 2019.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida, quando aplicável.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos resultam do reconhecimento da consequência fiscal que ocorrerá no futuro, por efeito das transações e outros acontecimentos da entidade no período.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço. Não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos ativos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação, possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação

possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 25 de março de 2020 data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço suscetíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 29).

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos. Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Subsídios à exploração/Indemnização compensatória

Os subsídios atribuídos pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos, mas com uma certeza de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

De acordo com o contrato, assinado em 30/10/2017 e pelos seus aditamentos, o primeiro em 24/09/2018, o segundo em 01/03/2019 de modo a operacionalizar e implementar a criação do Programa de Apoio à Redução Tarifária na Região Autónoma da Madeira (PARTRAM) consagrado no artigo 62º do Decreto Legislativo Regional nº 26/2018/M, de 31 de dezembro que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2019, e finalmente o terceiro que foi assinado a

30/12/2019 que altera o Anexo V-Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja aditada a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre janeiro de 2020 e julho de 2021 de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, até julho de 2021, há que referir o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector. São os elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras, devidamente aprovadas, que vão contribuir para o seu apuramento;
- Que após o apuramento final, o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano anterior, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o *plafond* máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais.;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada

componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2017 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correção.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Além desde enquadramento, temos o 3º aditamento ao Contrato de Serviço público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, assinado em 30/12/2019, publicado no JORAM I Série, Nº 224, a resolução nº 1061/2019, de 30 de dezembro, que altera o Anexo V-Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja aditada a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre janeiro de 2020 e julho de 2021 de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, até julho de 2021. Este aditamento remete para o Despacho nº 520/2019, de 23 de dezembro, publicado no JORAM, II Série, nº 220, 2º Suplemento, que autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, por um período adicional de dezanove meses até 31 de julho, mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigorem a 31 de dezembro de 2019.

3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2019 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos à Ordem	124.924,76	114.493,72
Montepio Geral	3.091,29	3.275,69
Novo Banco	34.102,24	37.312,82
BIC	12.356,71	36.330,94
Caixa Geral de Depósitos	71.634,30	21.472,70
Millennium BCP	3.440,22	15.801,57
IGCP	300,00	300,00
Total	125.924,76	115.493,72

Valores em €.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Valor Bruto	11.576.352,41	11.630.525,44
Terrenos e Recursos Naturais	425.153,95	392.884,00
Edifícios e Outras Construções	1.285.179,26	1.408.087,86
Equipamento Básico	9.808.195,20	9.763.553,84
Equipamento Administrativo	36.099,85	43.429,07
Ativos Fixos Tangíveis (em curso)	0,00	846,52
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21.724,15	21.724,15
Depreciação Acumulada e Imparidade	-9.606.968,41	-9.670.420,73
Depreciação do Período	-166.313,90	-186.419,89
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-9.440.654,51	-9.484.000,84
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	0,00	0,00
Valor Líquido Contabilístico	1.969.384,00	1.960.104,71

Valores em €.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2019, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Revaloriz.	Abates/ Alien.	Outras Alterações	Saldo Final
Valor Bruto	11.630.525,44	134.383,30	60.748,28	-96.224,64	-153.079,97	11.576.352,41
Terrenos e Rec. Naturais	392.884,00	846,52	32.269,95		-846,52	425.153,95
Edif. e Outras Construções	1.408.087,86		28.478,33		-151.386,93	1.285.179,26
Equip. Básico	9.763.553,84	133.447,38		-88.806,02		9.808.195,20
Equip. de Transporte						0,00
Equip. Administrativo	43.429,07	89,4		-7.418,62		36.099,85
Equip. Biológicos						0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21.724,15					21.424,15
Ativos Fixos Tang. (em curso)	846,52				-846,52	0,00
Adiant. p/ c/ de Invest.						0,00
Depreciação Acum. e Imp.	-9.670.420,73	-166.313,90	0,00	77.533,29	152.232,93	-9.606.968,41
Terrenos e Rec. Naturais	-3,95	-846,52			846,52	-3,95
Edif. e Outras Construções	-123.268,94	-37.846,73			151.386,41	-9.729,26
Equip. Básico	-9.484.906,44	-126.877,40		70.114,27		-9.541.669,57
Equip. de Transporte						0,00
Equip. Administrativo	-40.517,25	-743,25		7.419,02		-33.841,48
Equip. Biológicos						0,00
Outros Ativos Fixos Tang.	-21.724,15					-21.724,15
Total	1.960.104,71					1.969.384,00

Valores em €.

Nas adições:

Na rubrica equipamento básico, o montante de 133 mil euros corresponde essencialmente a reparações efetuadas em órgãos de substituição de viaturas, que, por sua vez, deram lugar ao abate dos respetivos órgãos substituídos. No ano anterior o montante foi de 78 mil euros.

Nas revalorizações/imparidades:

No exercício de 2019 foi efetuada uma avaliação ao terreno e ao edifício e outras construções, mais precisamente à estação da Camacha, onde existiu uma revalorização no montante de 60 mil euros.

Nos abates/alienações e outras alterações

A rubrica “Edifícios e Outras Construções” regista o abate no montante de 151 mil euros fruto do desreconhecimento das depreciações acumuladas efetuadas no âmbito da revalorização. A rubrica “Equipamento Básico”, regista o abate dos órgãos de substituição de viaturas, no valor de 88 mil euros, e, de 7 mil euros em equipamento administrativo. No ano anterior, registou o abate dos órgãos de substituição de viaturas, no valor de 42 mil euros, e de 2 mil euros em equipamento administrativo.

Nas depreciações:

As depreciações na rubrica “Edifícios e Outras Construções” refere-se à estação da Camacha.

As depreciações na rubrica “equipamento básico”, são praticamente as amortizações dos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição.

A variação nos gastos/reversões de depreciação e de amortização, no valor de 20 mil euros, refere-se essencialmente a órgãos de substituição de viaturas, atendendo que o ativo fixo tangível, viaturas, encontra-se praticamente amortizado por esgotamento da vida útil.

7. Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do exercício, no valor de 31,44 euros, refere-se à estimativa de imposto corrente apurado com base no lucro tributável, e, depois de efetuada as devidas correções fiscais e cálculo de tributações autónomas. No ano anterior foi de 10,00 euros.

A CCSG não reconheceu impostos diferidos ativos de prejuízos fiscais, por não haver expectativa fundamentadas de obter lucros tributáveis futuros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis são analisados como se segue:

Data Limite de Reporte	31/12/2019	31/12/2018
2022	66.049,91	66.049,91
2023	184.015,15	184.015,15
2024	454.221,50	
2026	527.599,85	527.599,85
2027	207.765,57	207.765,57
Total	1.439.651,98	985.430,48

Valores em €.

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos ativos:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Base	Imposto	Base Imposto	%
Prejuízos Fiscais 2014	527.599,85	110.795,97	527.599,85	110.795,97
Prejuízos Fiscais 2015	207.765,57	43.630,77	207.765,57	43.630,77
Prejuízos Fiscais 2017	66.049,91	14.200,73	66.049,91	14.200,73
Prejuízos Fiscais 2018	184.015,15	37.723,11	184.015,15	37.723,11
Prejuízos Fiscais 2019	454.221,50	93.115,41		
Total	1.439.651,98	299.465,99	985.430,48	206.350,58

Valores em €.

Para além dos prejuízos fiscais, que geram impostos diferidos e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

8. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Valor Bruto	858.522,95	1.109.426,04
Clientes c/c Gerais	858.522,95	1.109.426,04
Depreciação Acumulada e Imparidade	-39.301,72	-184.504,64
Perdas por Imparidade do Período	-21.487,31	17.875,90
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-17.814,41	-202.380,54
Valor Líquido Contabilístico	819.221,23	924.921,40

Valores em €.

O valor apresentado em clientes gerais, refere-se essencialmente à dívida da HF, 591 mil euros no presente exercício, e, no anterior de 659 mil euros. As restantes dívidas mais representativas são de associações, agências de viagens e escolas.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Desreconhecimento	Saldo Final
Perdas por Imparidade	184.504,64	22.304,60	-817,29	-166.690,23	39.301,72
Serviço Interurbano	177.148,96	22.304,60	-803,29	-166.540,23	32.110,04
Serviço de Alugueres	7.355,68		-14,00	-150,00	7.191,68
Total	184.504,64	22.304,60	-817,29	-166.690,23	39.301,72

Valores em €.

As perdas de imparidade registada, respeita ao ajustamento de clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa e com elevado risco de incobrabilidade. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de clientes. De salientar o desreconhecimento de 166 mil euros na rubrica clientes, onde não existia possibilidades de cobrança e além disso, já tinham sido reconhecidas as imparidades.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	180 a 365 dias	mais de 365 dias
Clientes Gerais	528.275,86	256.643,35	73.603,74
Total	528.275,86	256.643,35	73.603,74

Valores em €.

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo.

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	144.756,69	273.976,10
Imposto sobre o Rendimento	30.604,78	30.604,78
IVA a Recuperar	114.151,91	243.371,32
IVA Reembolsos Pedidos		
Outros Impostos		
Passivo	72.856,90	47.846,51
Imposto sobre o Rendimento	31,44	10,00
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	15.428,81	14.522,75
Outros Impostos	355,95	0,75
Contribuições para a Segurança Social	57.040,70	33.313,01
Outras Tributaçãoes		

Valores em €.

O imposto sobre o rendimento, diz respeito a pagamentos especiais por conta de IRC de exercícios anteriores, conforme quadro abaixo, e, à estimativa de imposto, IRC, a pagar deste exercício.

A CCSG, realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta (PEC) desde 2014, os quais ascendem, à data de 31 de dezembro de 2019, a 31 mil euros. Por alteração da legislação, em que as empresas podem solicitar o seu reembolso, logo após o término do ano a que os mesmos podem ser deduzidos, a CCSG irá proceder ao pedido de reembolso.

Face ao descrito no quadro abaixo apresentamos uma síntese dos PEC e datas limites para dedução à coleta:

PEC	Data Limite de Dedução	31/12/2019	31/12/2018
2014	2020	7.505,88	7.505,88
2015	2021	7.298,63	7.298,63
2016	2022	7.554,68	7.554,68
2017	2023	6.275,77	6.275,77
2018	2024	1.969,82	1.969,82
Total		30.604,78	30.604,78

Valores em €.

Os valores acima referidos, estão apresentados nas demonstrações financeiras, no ativo não corrente.

10. Outros créditos a pagar

A rubrica de Outros Créditos a Receber é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Valor Bruto	196.143,90	739.614,18
Adiantamentos ao Pessoal	4.289,00	4.067,00
Outros Devedores	183.403,00	735.214,94
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	8.451,90	332,24
Imparidade Acumulada	-122,00	-26.001,87
Imparidade do Período	-122,00	30.310,30
Imparidade de Período Anteriores	0,00	-56.312,17
Valor Líquido Contabilístico	196.021,90	713.612,31

Valores em €.

As principais variações dos saldos apresentados são:

- Na rubrica, outros devedores, deve-se essencialmente à dívida da HF à CCSG e que é paga de acordo com as suas disponibilidades.
- Na rubrica, devedores por acréscimos de rendimentos, deve - se essencialmente à compensação financeira do passe sub23@superior.pt, que será faturado em 2020.
- Na rubrica, imparidades, tal qual já foi anteriormente referido, existiu um desreconhecimento das dividas sem possibilidade de cobrança.

11. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo - Gastos a Reconhecer	53.659,27	48.119,78
Seguros	53.029,01	47.900,51
Outros	630,26	219,27
Passivo - Rendimentos a Reconhecer	33.357,72	49.678,56
Passes	32.414,86	49.678,56
Alugueres	942,86	0,00

Valores em €.

Nos gastos a reconhecer, o valor de 53 mil euros corresponde aos vários seguros que a empresa tem, onde destacamos, entre outros, o seguro de responsabilidade civil de passageiros, no montante de 20 mil euros e o seguro de acidentes de trabalho no montante de 21 mil euros.

Nos rendimentos a reconhecer, Passes, refere-se aos títulos de transporte vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro e válidos para janeiro do ano de 2020, assim como os alugueres.

12. Capital subscrito

O capital social de 5.000.000,00 euros, representado por 1.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2019.

13. Outros instrumentos de Capital Próprio

O Capital Próprio no ano de 2015 encontrava-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida pelo art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar a situação, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

Em 2019 o capital próprio encontra-se abaixo dos 50% do Capital Social, não cumprindo o art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, pelo que o Conselho de Administração irá solicitar a realização de prestações suplementares, no valor de 1 milhão de euros, no ano de 2020, por forma a cumprir com essa disposição legal.

Em 31 de dezembro de 2019 totalizava o montante de 2.700.000,00 euros.

14. Reservas Legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2019 era no montante de 59.358,27 euros.

15. Resultados Transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 139.361,64 euros, apresentando um valor acumulado de 5.036.659,57 euros negativos.

16. Excedentes de revalorização

A rubrica de excedentes de revalorização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Reavaliações Decorrentes de Diplomas Legais	0,00	0,00
Antes de Imposto sobre o Rendimento		
Impostos Diferidos		
Outros Excedentes	60.748,28	0,00
Antes de Imposto sobre o Rendimento	60.748,28	
Impostos Diferidos		
Total	60.748,28	0,00

Valores em €.

O montante desta rubrica, advém da realização das revalorizações efetuadas no final do exercício de 2019, no terreno e edifício, em função das depreciações registadas. Atendendo às projeções da Empresa que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, não existiu reconhecimento de impostos diferidos.

17. Outras dívidas a Pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Não Corrente	0,00	0,00
Fornecedores de Investimento		
Credores por Acréscimo de Gastos		
Benefícios pós-emprego		
Credores por Subscrições não Liberadas		
Outros Credores		
Pessoal		
Corrente	381.826,32	431.749,13
Fornecedores de Investimento	68.721,31	87.435,33
Credores por Acréscimo de Gastos:		
Férias e Subsídio de Férias	229.692,54	199.560,25
Outros Credores por Acréscimo de Gastos	60.718,17	4.809,04
Benefícios pós-emprego		
Credores por Subscrições não Liberadas		
Outros Credores	21.390,01	138.870,32
Pessoal	1.304,29	1.074,19
Total	381.826,32	431.749,13

Valores em €.

Na rubrica, Fornecedores de Investimento, os valores em aberto referem-se essencialmente à aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas, contabilizados em investimentos fornecidos pela empresa mãe – HF.

Na rubrica, outros credores, do montante total de 21 mil euros, 10 mil euros são referentes a serviços fornecidos pela empresa mãe - HF, o valor restante diz respeito a outros credores da empresa.

18. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Data Limite de Reporte	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores c/c		
Gerais	6.567,52	14.084,32
Empresa mãe	520.306,78	767.383,65
Faturas em Receção e Conferência		
Adiantamentos	-35,38	-64,99
Total	526.838,92	781.402,98

Valores em €.

Na rubrica Fornecedores, empresa mãe, o valor refere-se ao fornecimento de gasóleo e serviços de manutenção/reparação de viaturas, e, que é liquidado de acordo com as suas disponibilidades financeiras.

19. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Serviços Prestados		
Bilhetes	1.058.715,36	1.172.182,69
Vinhetas e Passes	798.253,50	1.116.875,67
Turismo e Outros	666.206,82	732.627,79
Total	2.523.175,68	3.021.686,15

Valores em €.

As principais variações dos saldos apresentados em serviços prestados são as seguintes:

- No serviço interurbano, há variação negativa de aproximadamente 432 mil euros, justificado pela redução nos bilhetes vendidos a bordo no montante de 113 mil euros, e, nos títulos passes, no valor de 318 mil euros. Esta redução significativa é justificada pela entrada em vigor do programa de apoio à redução tarifária na RAM a partir de abril 2019, conforme Portaria nº 82/2019 (PARTRAM) de 27 de fevereiro, que teve um grande impacto na redução do valor dos títulos passes, e também na redução de bilhetes vendidos a bordo, pois quem comprava este título passou a adquirir passe;
- No serviço de aluguer/turismo, a diminuição de 66 mil euros, é resultado, em parte, do reflexo do envelhecimento da frota, que atingiu o seu fim de vida útil, e como consequência da falta de investimento na aquisição de novas viaturas devido a constrangimentos financeiros e também porque vai ser lançado um concurso internacional de carreiras interurbanas, que comprometem a sua competitividade em relação às outras empresas do mesmo setor.

20. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias	1.193.725,04	760.054,55
Subsídios à Exploração/SUB23	7.391,52	3.887,91
Subsídios à Exploração/outros		
Total	1.201.116,56	763.942,46

Valores em €.

Nos subsídios à exploração/ Indemnização Compensatória, a variação positiva é substancial comparativamente com o ano anterior e justificada pela compensação devida, plasmada no programa de redução tarifária na RAM conforme referido anteriormente. Em relação aos valores de 2019 e 2018 poderão ser alteradas, de acordo com o contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, assinado em 30/10/2017 e das adendas de 24/09/2018 e 01/03/2019 e em resultado do apuramento final que devia ter ocorrido em agosto de 2019 e a ocorrer em agosto de 2020, respetivamente.

O contrato de concessão acima, tal qual nos anos anteriores, refere o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de cada ano, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, será efetuado pela Secretaria Regional da Economia, outorgante deste protocolo, até 31 de agosto do ano seguinte;
- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano anterior, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Nos subsídios à exploração, com a continuação dos novos títulos de transporte, com descontos especiais, denominado passe SUB23@SUPERIOR.PT, destinados aos estudantes do ensino superior, até os 23 anos inclusive foram contabilizados o valor de 7 mil euros.

21. Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Subcontratos	82.453,25	22.565,45
Serviços Especializados	1.069.747,43	1.115.420,24
Trabalhos Especializados	65.270,95	58.450,99
Publicidade e Propaganda	2.909,60	3.563,17
Vigilância e Segurança	5.450,88	4.910,88
Honorários		
Comissões	20.173,28	28.840,62
Conservação e Reparação	975.942,72	1.019.654,58
Materiais	6.295,76	4.223,98
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido		8,20
Material de Escritório	4.748,00	3.955,00
Outros	1.547,76	260,78
Energia e Fluidos	939.599,40	944.005,17
Eletricidade	3.827,84	3.706,86
Combustíveis	931.739,70	936.750,41
Água	329,70	348,99
Outros Fluidos	3.702,16	3.198,91
Deslocações, Estadas e Transportes	0,00	56,60
Deslocações e Estadas		56,60
Transporte de Mercadorias		
Serviços Diversos	181.629,80	176.936,36
Rendas e Alugueres	59.976,00	59.976,00
Comunicação	5.043,78	5.796,67
Seguros	96.750,44	94.314,10
Contencioso e Notariado	380,00	590,00
Despesas de Representação	157,20	50,00
Limpeza, Higiene e Conforto	7.344,11	7.522,67
Outros Serviços	11.978,27	8.686,92
Total	2.279.725,64	2.263.207,80

Valores em €.

A rubrica fornecimentos e serviços externos, apresenta um aumento de 16,5 mil euros em relação ao ano anterior e destacam-se as seguintes variações:

- Nos subcontratos, um aumento de aproximadamente 60 mil euros, devido ao aumento de serviços requisitados no exterior, nomeadamente à empresa mãe - HF;
- Na rubrica, Trabalhos especializados, sofreu um aumento de 7 mil euros, essencialmente nos serviços prestados em gestão de transportes;
- Na rubrica, conservação e reparação de viaturas, houve uma redução de 43 mil euros, pois foi evitado reparar viaturas que implicasse elevados custos;
- Na rubrica, gásóleo, houve uma redução de 5 mil euros, e, deveu-se essencialmente a uma ligeira redução do valor unitário de aquisição.

Nas restantes rubricas nada de relevo a destacar, embora exista um ligeiro aumento da rubrica de seguros, assim como uma redução na rubrica de comissões.

22. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0
Remunerações do Pessoal	1.395.403,05	1.222.089,60
Outros Benefícios	0	0
Indemnizações	0	0
Encargos sobre Remunerações	313.656,50	278.041,77
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16.392,55	12.781,30
Gastos de Ação Social	733,86	806,17
Outros Gastos com o Pessoal	95,00	1.790,00
Total	1.726.280,96	1.515.508,84

Valores em €.

Nos gastos com o pessoal, houve um aumento de 210 mil euros, com destaque para as rubricas de remunerações do pessoal, encargos sobre remunerações e seguros de acidentes de trabalho. Este aumento deve-se ao Contrato Coletivo de trabalho em vigor na empresa onde existiram aumentos salariais.

Distribuição do pessoal em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Órgãos Sociais		
Diretores/Chefias Superiores		
Chefias Intermédias	1	1
Profissionais Altamente Qualificados	1	1
Profissionais Semiquualificados	67	66
Contratados a Prazo		
Total	69	68

Valores em €.

23. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos Suplementares	1.273,97	5.350,01
Ganhos em Inventários	6,68	
Outros	11.573,11	1.428,71
Total	12.853,76	6.778,72

Valores em €.

Na rubrica, rendimentos suplementares, o valor refere-se essencialmente à recuperação de despesas diversas e de indemnizações de seguros.

Na rubrica, outros, pela correção relativa a anos anteriores devido à duplicação de lançamento de uma fatura.

24. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos	2.372,90	105,63
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	134,38	257,21
Perdas em Inventários	77,38	
Investimentos não Financeiros	11.418,12	730,98
Outros	7.337,49	5.307,95
Total	21.340,27	6.401,77

Valores em €.

A rubrica de impostos registou um aumento de 2 mil euros, fruto das taxas de justiça em processos de reclamação de dividas de clientes.

Na rubrica, investimentos não financeiros, a variação refere-se essencialmente ao abate de órgãos de substituição de viaturas.

Em outros, releva-se a correção e acertos nos combustíveis e seguros.

25. Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Gastos em Propriedades de Investimento		
Gastos em Ativos Fixos Tangíveis	166.313,90	186.419,89
Reversões		
Total	166.313,90	186.419,89

Valores em €.

Pela análise do quadro acima, verifica-se uma redução na ordem dos 20 mil euros, referente às depreciações dos órgãos de substituição das viaturas, que com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição, as viaturas estão praticamente amortizadas pelo esgotamento de sua vida útil.

26. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A 29 de março de 2016, foi apresentado um pedido de Revisão Oficiosa (artigo 78º da LGT), referente ao Imposto sobre o valor acrescentado considerado como liquidado em excesso, no período de dezembro 2012 a março 2014, no valor de 85.344,00 euros, pelo que é feita uma breve descrição do processo:

- 1) Com efeito, em 10 de agosto de 2018 foi proferido, pela ATRAM, despacho de indeferimento ao procedimento de Revisão Oficiosa, do qual fomos notificados a 3 de setembro de 2018;
- 2) Através de requerimento, de 12 de outubro de 2018, a CCSG apresentou um pedido de “Recurso Hierárquico”, o qual foi rejeitado com fundamento na sua extemporaneidade (notificado em 28 de novembro de 2018);

- 3) Na sequência da rejeição do recurso, a CCSG moveu uma Ação Administrativa em 19 de fevereiro de 2019 (Processo nº 64/19.3BEFUN), contra a ATRAM;
- 4) A referida ação foi considerada procedente, em 21 de novembro de 2019, e em consequência foi anulado o ato tributário impugnado que indeferiu o Recurso Hierárquico;
- 5) Uma vez anulado o ato, ATRAM apreciou o Recurso Hierárquico, e notificou-nos a 08/01/2020 do projeto de decisão;
- 6) A 24/01/2020, exercemos o direito de audição prévia;
- 7) A 12/02/2020 fomos notificados do despacho de indeferimento do recurso hierárquico;
- 8) Pelo que, está presentemente a ser preparada a impugnação judicial para ser oportunamente remetida para Tribunal.

Sobre esta matéria foi ainda solicitado um pedido de informação vinculativa a 03/05/2019 onde argumentamos que a fórmula de cálculo para o apuramento das compensações financeiras, que tem por base uma soma algébrica de vários agregados (custos – proveitos + lucro razoável + incentivos), e não preços vs. Quantidades, razão pela qual entendemos que não é aplicável o imposto. Até ao momento aguardamos uma resposta da Autoridade Tributária.

27. Divulgações de partes relacionadas

A CCSG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão da CCSG.

Foi atribuído à empresa mãe uma remuneração no montante de 35.433,12 euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão na CCSG.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Vendas e Serviços Prestados	0,00	0,00
Empresa mãe		
Outras Partes Relacionadas		
Gastos	2.219.807,85	2.153.509,02
Empresa mãe	2.219.807,85	2.153.509,02
Outras Partes Relacionadas		
Total	2.219.807,85	2.153.509,02

Valores em €.

As transações mais significativas referem-se a fornecimentos e serviços externos, nomeadamente combustíveis e conservação e reparação de viaturas.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativos	768.526,13	1.043.962,54
Empresa mãe	768.526,13	1.043.962,54
Passivos	-657.891,08	-982.188,65
Empresa mãe	-657.891,08	-982.188,65
Total	110.635,05	61.773,89

Valores em €.

No ativo, refere-se à dívida da HF, relacionado com venda de títulos de transporte da CCSG.

No passivo, o valor é referente aos fornecimentos de bens e serviços efetuados pela HF, nomeadamente, gasóleo e serviços de manutenção de viaturas.

28. Honorários e outros serviços faturados

Sociedade de revisores oficiais de contas

A rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Honorários Totais Faturados, Revisão Legal Contas Anuais	4.950,00	4.950,00
Honorários Totais Faturados, Outros Serviços	1.600,00	4.800,00
Total	6.550,00	9.750,00

Valores em €.

Os honorários contratualizados para a revisão legal de contas do presente exercício foi no montante de 4.950,00 euros.

29. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos. Contudo procedemos à seguinte divulgação:

O início de 2020, ao contrário de outros anos, tem sido um ano difícil, dado que estamos a viver uma crise pandémica, devido ao surto COVID-19 e que tem afetado toda a população e, consequentemente a mobilidade das pessoas, pois para evitar a propagação do vírus, o Governo Regional da Madeira tem tomado medidas legislativas no sentido de que as pessoas fiquem de

quarentena nas suas casas. Com a implementação por parte da empresa de um plano de contingência que está em constante atualização por forma a corresponder às medidas das autoridades de saúde e em articulação com o Governo Regional da Madeira, foram tomadas medidas, entre as quais: planos de formação a todos os colaboradores; disponibilização de um “kit” a cada motorista e a cada departamento; limitações em algumas áreas na sede da empresa; redução da nossa operação, numa primeira fase para 50% da capacidade dos nossos autocarros, e, mais tarde, para um terço, até 31 de março data em que termina o Estado de Emergência Nacional; entre outras.

Todas as medidas supracitadas estão a ter um impacto significativo na nossa operação e consequentemente na nossa receita, pois, o número de passageiros transportados caiu abruptamente. Neste momento aguardamos por novas medidas governamentais, principalmente se irá ou não existir renovação do Estado de Emergência, de modo a reconfigurarmos a operação e ajustarmos os rendimentos aos nossos gastos. Estamos a prever que as contas do exercício de 2020 serão afetadas, não sendo possível nesta fase a sua mensuração, no entanto, não se encontra em causa a continuidade das nossas operações, assim como procedemos às aplicáveis divulgações nos documentos de prestação de contas, os quais consideramos não necessitarem de ser alterados.

30. Anexo ao relatório do Conselho de Administração

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

a que se refere o nº. 6 do Art.º 447º do (C.S.C.) Código das Sociedades Comerciais

ÓRGÃOS SOCIAIS Art.º 447º, nº. 1 do C.S.C.	Nº. DE AÇÕES 31/12/2019	Nº. DE AÇÕES 31/12/2018
Exercício de 2018		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Susana Maria Florença Pinto Correia Duarte Leovigildo de Faria Sousa		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. Rep. por Dr. º João Paulo Torres da Cunha Ferreira ROC Nº 956		
Exercício de 2019		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia Gabriel de Lima Farinha		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Susana Maria Florença Pinto Correia Duarte Leovigildo de Faria Sousa		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. Rep. por Dr. º António José Correia de Pina Fonseca ROC nº 949		
<hr/>		
ACIONISTAS Art.º 447º, nº. 2, alínea d) do C.S.C.	Nº. DE AÇÕES 31/12/2019	Nº. DE AÇÕES 31/12/2018
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1.000.000	1.000.000

Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448º do C.S.C.

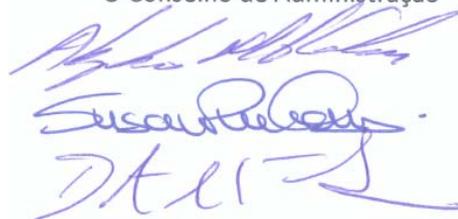
Os acionistas abaixo indicados detinham em 31 de dezembro de 2019
as seguintes posições

ACIONISTAS	N.º. DE AÇÕES	%
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1.000.000	100%

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A. (adiante também designada por CCSG ou Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3 311 541 euros e um total de capital próprio de 2 296 626 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 486 821 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Em 31 de dezembro de 2019 o capital próprio da Empresa ascende a 2 296 626 euros, sendo o seu capital de 5 000 000 euros. Conforme referido no Relatório de Gestão, estando perdido mais de metade do Capital, e de acordo com o previsto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração irá solicitar a realização de prestações suplementares no valor de 1 milhão de euros.

Conforme descrito no Relatório de Gestão e na nota 3.4 do Anexo às demonstrações financeiras, a 30 de dezembro de 2019 foi celebrado o terceiro aditamento ao Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário Interurbano de Passageiros, no qual se encontram fixadas Indemnizações Compensatórias (IC) que permitirão assegurar o equilíbrio financeiro e salvaguardar a continuidade da prestação do serviço até 31 de julho de 2021.

Conforme divulgado no Relatório de Gestão e na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração considera que a pandemia COVID-19 já está a ter impactos significativos na sua atividade, e embora na presente data não seja possível apurar todos os seus efeitos, estão já a ser tomadas as medidas de minimização dos riscos consideradas adequadas nas várias áreas da Empresa, por forma a reconfigurar a operação e ajustar os rendimentos aos gastos. Neste contexto, é convicção do Conselho de Administração que estas circunstâncias excecionais não colocam em causa a continuidade das operações da Empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação da Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 1 de abril de 2020

A handwritten signature in blue ink that reads 'António Pina Fonseca'.

António Pina Fonseca, em representação de
BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2019, a atividade da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2019;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 1 de abril de 2020

O FISCAL ÚNICO



António Pina Fonseca, em representação de
BDO & Associados - SROC, Lda.